



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARTHUR CARPENEDO ANDREANI

POLÍTICA, ECONOMIA E IMPRENSA NO OESTE DE SANTA CATARINA (1960 – 1966)

Florianópolis,

2016

ARTHUR CARPENEDO ANDREANI

POLÍTICA, ECONOMIA E IMPRENSA NO OESTE DE SANTA CATARINA
(1960 – 1966)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
Universidade Federal de Santa Catarina, como parte
dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de
Bacharel e Licenciado em História, sob orientação do
Professor Elison Antonio Paim.

Florianópolis,

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas, na Sala seiscientos e vinte e dois do Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Elison Antonio Paim**, Orientador e Presidente, o Professor **Antonio Alberto Brunetta**, Titular da Banca, e o Mestrando **Gustavo Henrique de Siqueira**, Suplente, designados pela Portaria nº16/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Arthur Carpenedo Andreani**, subordinado ao título: **“Política, economia e imprensa no Oeste de Santa Catarina (1960 – 1966)”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Elison Antonio Paim**, a nota final 10, do Professor **Antonio Alberto Brunetta**, a nota final 10, e do Mestrando **Gustavo Henrique de Siqueira**, a nota final 10; sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 11 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. **Elison Antonio Paim**.....

Prof. **Antonio Alberto Brunetta**.....

Prof. **Gustavo Henrique de Siqueira**.....

Candidato **Arthur Carpenedo Andreani**.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o
acadêmico(a) Arthur Caspary de Andrada, matrícula
n.º 14101941, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Política, economia e imprensa no oeste de Santa Catarina (1960-1966),
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 15 de Julho de 2016.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Antonio e Claodete, que me deram todo o apoio material e afetivo para a conclusão da graduação.

Aos meus irmãos, que sempre me apoiaram e são meus melhores amigos.

À Rafaela, que me apoiou mesmo nos momentos difíceis.

Agradeço aos funcionários do CEOM, que me ajudaram muito nesta pesquisa, assim como os funcionários da ALESC e da câmara legislativa de Chapecó.

Ao meu orientador, Professor Elison Antonio Paim, que confiou no meu trabalho e colaborou significativamente em todos os momentos da pesquisa.

RESUMO

No governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), o Brasil adotou um plano de governo no qual o Estado se tornou agente ativo do desenvolvimento econômico, conceituado por Daniel Aarão Reis Filho (2014) como expressão de uma cultura política nacional-estatista. Em Santa Catarina, este modelo foi adotado a partir do governo de Celso Ramos (1961 - 1966), apoiado por setores da elite econômica catarinense que tiveram acesso a lugares privilegiados da administração pública estadual. Essas elites que tinham influência sobre a máquina pública foram definidas por Patricia May (1998) como redes político-empresariais. A partir da análise do jornal de Chapecó “Folha D’oeste” ao longo do ano de 1966, percebe-se que este modelo administrativo teve impactos na região oeste catarinense a partir da instalação da Secretaria dos Negócios Oeste em 1963. Esta autarquia administrativa teve à sua frente Serafim Enoss Bertaso, representante político do setor colonizador do oeste. Os investimentos realizados pela Secretaria – principalmente na área de infraestrutura - eram percebidos como a chegada do “progresso” em uma região anteriormente esquecida. Em tal modelo de governo os políticos tinham protagonismo nas decisões econômicas e na condução de políticas públicas, sendo a análise do campo político importante para entendimento das mudanças que aconteceram no contexto histórico aqui estudado. Esse poder de gerência do campo político sobre os demais foi trabalhado pelo historiador René Rémond (2003). Na década de 1960 também aconteceu a reforma política partidária levada a cabo pelos militares, que acabou unindo as elites catarinenses na Aliança Renovadora Nacional. No entanto, a observação das atas das reuniões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina deu indícios de que esta união não aconteceu sem conflitos. O objetivo deste trabalho buscou compreender as relações entre evolução política e econômica no oeste catarinense, e como estas foram percebidas pela imprensa local, reservando maiores atenções para a cidade de Chapecó. Além disso, procurei estabelecer as relações entre o jornal Folha D’oeste e os políticos da região. Na introdução do trabalho, expliquei a trajetória da pesquisa e demonstro minhas escolhas teóricas e bibliográficas. No primeiro capítulo abordei o contexto político brasileiro pós-1945, observando a dinâmica político-partidária chapecoense em relação ao âmbito estadual e nacional e analisando como a evolução política do município – que até a metade da década de 1950 abrangia a maioria das cidades atuais do oeste – acompanhou as transformações econômicas e urbanas da região. No segundo capítulo e nas considerações finais fiz a análise das fontes levantadas. Abordei a reforma partidária após o golpe civil-militar e analisei os processos políticos e econômicos da região oeste durante o período de 1960 até 1966, tentando demonstrar como eles se misturavam, e como foram construídos em relação ao contexto nacional e estadual.

Palavras-Chave: Oeste catarinense; Política; Desenvolvimentismo; Imprensa escrita; Progresso;

ABSTRACT

In the government of Juscelino Kubitschek (1956-1961), Brazil adopted a government plan in which the state became active agent of economic development, conceptualized by Daniel Aarão Reis Filho (2014) as an expression of a national-statist political culture. In Santa Catarina, this model was adopted from the government Celso Ramos (1961 - 1966), supported by sectors of the economic elite in the state, who have access to privileged places of the state government. These elites who had influence on the public administration was defined by Patricia May (1998) as political and business networks. Analyzing the newspaper "Folha D' oeste" of the year of 1966, it's clear that this administrative model had impacts in west region of the state from the installation of the "Secretaria dos Negócios do Oeste" in 1963. This administrative authority had Serafim Enoss Bertaso in the direction, a politician who represented the colonizer sector of the west. Investments made by this state administrative body - especially in infrastructure - were perceived as the arrival of "progress" in a region previously forgotten. In such a model of government, politicians had importance in economic decisions and conduct of public policy. Analysis of the political field is important to understand the changes that have happened in the historical context studied here. This power management of the political field on the others fields has been worked by the historian Rene Remond (2003). In the 1960s also happened the political party reform by the military rule, which united the elite in Santa Catarina in the National Renewal Alliance party. However, the observation of the meetings of the Santa Catarina State Legislative Assembly gave evidence that this union was conflictual. This study sought to understand the relationship between political and economic developments in western Santa Catarina, and how they were perceived by the local press, allowing greater attention to the city of Chapecó. Also, I tried to establish the relationship between the newspaper "Folha D'oeste" and politicians in the region. In the introduction of the work, I explained the trajectory of this research and demonstrate my theoretical and bibliographical choices. In the first chapter I discussed the Brazilian political context after 1945, noting the political party dynamics in Chapecó compared with the dynamic in Santa Catarina and in the national level. I also analyzed how the political evolution of the city - that up to half of the 1950s covered most current cities in the west - accompanied the economic and urban transformations in the region. In the second chapter and in the final considerations, I did the analysis of cataloged sources. I approached the party reform after the civil - military coup and analyzed the political and economic processes of the western region during the period from 1960 to 1966 , trying to demonstrate how they are mixed, and how they were made in relation to national and state context.

Key words: West of Santa Catarina; Politics; Developmentalism; Newspapers; Progress;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: Evolução política e urbana em Chapecó (1945-1960).....	12
O sistema multipartidário.....	12
Os partidos no sistema pluripartidário (1945 – 1965).....	13
Partidos em âmbito nacional.....	14
O Partido Social Democrático.....	14
A União Democrática Nacional.....	14
O Partido Trabalhista Brasileiro.....	15
Os partidos em Santa Catarina.....	16
O Partido Social Democrático catarinense.....	16
A União Democrática Nacional catarinense.....	16
O Partido Trabalhista Brasileiro catarinense.....	18
O Partido de Representação Popular catarinense.....	18
Política e cidade em Chapecó.....	19
O Grande Chapecó até a década de 1940.....	19
Décadas de 1940 e 1950.....	20
CAPÍTULO 2: Política, economia e imprensa no Oeste de Santa Catarina (1960-1966).....	24
Juscelino Kubitschek e o triunfo do planejamento econômico.....	25
Jânio Quadros e João Goulart.....	27
Celso Ramos e o Planejamento Estadual.....	29
Secretaria do Oeste.....	31
O Jornal Folha D’oeste.....	35
O Golpe civil-militar.....	39
Novo sistema partidário.....	44
Ivo Silveira.....	45
O Bipartidarismo.....	46
Chapecó e Oeste em 1966.....	50
Infraestrutura.....	50
Outras transformações.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
FONTES.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

Lista de abreviaturas

ALESC Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

ARENA Aliança Renovadora Nacional

BNDE Banco Nacional do Desenvolvimento

ESG Escola Superior de Guerra

FIESC Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

JK Juscelino Kubitschek

IBAD Instituto de Ação Democrática

INCO Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina

IPES Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MDB Movimento Democrático Brasileiro

PRP Partido de Representação Popular

PSD Partido Social Democrático

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

SAIC S.A Indústria e Comércio de Chapecó

UDN União Democrática Nacional

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de meu amadurecimento enquanto estudante de graduação em história, na qual desde a quinta fase do curso venho desenvolvendo o interesse pela história política brasileira. Pelo fato do TCC significar um primeiro contato com uma pesquisa de maior fôlego, este se transformou em um empolgante desafio, mas com alguns percalços no caminho. Inicialmente pretendia trabalhar a formação da Aliança Renovadora Nacional no município de Chapecó, no entanto percebi que as fontes não possuíam muitas informações sobre a temática, mas elas apontavam para outras evidências. Percebi que não devia restringir minha análise apenas a cidade de Chapecó, mas para a região Oeste, e que a política não deveria estar restrita aos partidos, mas também a setores da administração pública.

A primeira parte da pesquisa foi dedicada à leitura bibliográfica, e apesar da mudança de tema, os autores eram comuns às duas temáticas. A maioria dos autores usados como referência se dedicaram a obras sobre história política, e René Rémond (2003) foi um dos “guias” teóricos do trabalho. O autor fez uma defesa da história política, a qual não deve ser vista apenas como um campo isolado, uma vez que tem interferência sobre os demais, como o social e o econômico. Dessa forma, os políticos podem ter grande poder de interferência sobre a economia e as políticas públicas, como programas habitacionais, saúde pública, política educacional, dentre outros. Como tentarei demonstrar no trabalho, a questão política estava intimamente ligada com o plano econômico em Santa Catarina e no oeste do Estado.

No primeiro capítulo, abordarei o contexto político brasileiro pós Estado Novo (1945) até 1960, bem como as características dos partidos políticos em âmbito nacional. Para isso, dialoguei com os autores Nicolau (2012), que tratou dos aspectos institucionais do período, além de Delgado (2008), Skidmore (1982), Motta (1999) e Benevides (1981). Caracterizei também os partidos catarinenses, para isso, utilizei os autores Lenzi (1983) e Carreirão (1990), que traçaram uma biografia dos políticos e partidos de Santa Catarina. O objetivo dessa contextualização é observar a dinâmica político-partidária dos partidos chapecoenses em relação aos partidos em âmbito estadual e nacional. Além disso, analiso como a evolução política do município acompanhou a própria dinâmica da região. A dissertação de mestrado de Monica Hass se mostrou muito útil, pois a autora trouxe na obra a evolução política regional desde o início da colonização, em 1917 até 1965.

No segundo capítulo trabalho com as fontes levantadas. As primeiras fontes levantadas foram edições de 1966 do jornal Folha D’oeste, de Chapecó, as quais se encontram no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). As edições estão reunidas e bem conservadas, além disso, os funcionários do CEOM me auxiliaram muito, o que facilitou o trabalho. Para a análise de

fontes da imprensa, utilizei a autora Tânia Regina de Luca (2008), a qual levantou alguns pontos a serem observados neste tipo de fonte, como a relação do periódico com os poderes e a forma com que as matérias são organizadas no jornal. Neste último quesito percebi que deveria mudar o foco do trabalho, pois o jornal muitas vezes não reservava grande espaço para notícias ligadas aos partidos políticos, algumas vezes apenas pequenas notas. Já para as obras da região eram reservadas grandes reportagens de primeira página, muitas vezes continuando nas outras páginas. Além disso, o TCC de Schneider (2001), que trabalhou com a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional em Chapecó no período de 1966 até 1971 ajudou na compreensão da fonte.

A segunda fonte consultada foi o livro de atas das reuniões legislativas da câmara municipal de Chapecó. Nas reuniões os vereadores pareciam restritos em discutir questões administrativas locais, mas havia situações extraordinárias em que falavam do que acontecia no país, como por exemplo, o golpe civil-militar. Para entender a formação dos novos partidos durante a reforma partidária levada a cabo pelos militares em 1965 e 1966, utilizei as atas das reuniões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), as quais os deputados estaduais debatiam sobre diversos temas além das questões ligadas ao Estado catarinense. As atas estão todas digitalizadas e os funcionários da ALESC foram muito prestativos para me passar os arquivos.

No segundo capítulo que analiso os processos políticos e econômicos da região oeste durante o período de 1960 até 1966, tentando demonstrar como eles se misturavam, e como foram construídos em relação ao contexto nacional e estadual. Vou usar a noção de nacional-estatismo construída por Daniel Aarão Reis Filho (2014) para analisar as políticas econômicas desenvolvimentistas observadas. Para estudo da economia catarinense, Schmitz (1985) fez um estudo sobre o planejamento econômico catarinense do período. Imprescindível para esse trabalho foi a obra de Patrícia May (1998), que observou a aproximação entre administração pública e empresários em Santa Catarina, a qual me ajudou a perceber as relações entre os atores políticos observados. Para analisar o golpe civil-militar de 1964 e as mudanças institucionais provocadas por ele, recorri a Fico (2015), Ferreira (2008), Grinberg (2009) e novamente a Nicolau (2012), Reis Filho (2014) e Skidmore (1982).

Para ajudar na compreensão da história política do município, utilizei a obra de Claiton Marcio da Silva (2014), que trabalhou a política em Chapecó de 1964 a 1970, abarcando a formação dos partidos e modernização do centro da cidade na administração do ex-prefeito Sadi de Marco. Ainda sobre a região, Cassol (2013) fez uma obra falando especificamente da Secretaria do Oeste.

Como qualquer pesquisa, esta deixa diversas lacunas a serem preenchidas futuramente, até porque o tempo disponível para conclusão da mesma foi curto, não permitindo o necessário

aprofundamento de diversas questões. No entanto, pretendo lidar com estas lacunas, já que é uma pesquisa que me disponho a continuar.

CAPÍTULO 1: Evolução política e urbana em Chapecó (1945-1960)

O sistema multipartidário

O período multipartidário perdurou no Brasil de 1945 até 1965, compreendendo o final do Estado Novo, no qual os partidos foram excluídos da cena política, até a extinção dos mesmos pelos militares. Multipartidário porque foi um período em que muitas agremiações políticas disputaram o eleitorado, contrastando com a reforma político-partidária empreendida pelos militares, na qual possibilitou apenas a formação de dois partidos.

O final da segunda guerra mundial trouxe ao Brasil ventos favoráveis à democracia liberal principalmente pelo fato dos países vitoriosos estarem formalmente comprometidos com seus valores. Aliado a pressões internacionais houve também pressões internas que ajudaram no esgotamento do regime do Estado Novo, iniciado pelo golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937 (DELGADO, 2008).

Esse grupo anti Estado-novo, apesar de beneficiado pelo contexto mundial favorável, era restrito, composto por empresários, oficiais de alta patente (principalmente da aeronáutica), bacharéis e intelectuais ligados aos princípios liberais. Ao lado de Getúlio estava uma parte da população que se beneficiou de seu governo através de conquistas materiais e simbólicas, além de forças governamentais. A estratégia do governo de Getúlio Vargas foi de integrar-se ao processo, comandando a transição, e uma das medidas foi a definição das regras políticas do processo. (DELGADO, 2008).

O governo editou decreto-lei, posteriormente conhecido como Lei Agamenon, - pois teve grande participação do ministro da justiça Agamenon Magalhães - que regulamentou a vida política no país. Essa lei manteve diversas características dos códigos eleitorais da década de 1930 anteriores ao Estado Novo: Justiça Eleitoral responsável por todo processo eleitoral; obrigatoriedade de voto; exclusão de analfabetos; eleições majoritárias para presidente da república e senadores; eleição proporcional para câmara dos deputados (NICOLAU, 2012)

A diferença estava na importância atribuída aos partidos. Ao contrário dos códigos eleitorais anteriores, aos quais era permitida a disputa de organização de eleitores (no mínimo cem) e candidaturas avulsas, através da Lei Agamenon os candidatos deveriam estar vinculados aos partidos. Além disso, pelos novos requisitos os partidos precisariam ter abrangência nacional, precisando ter o apoio de pelo menos 10.000 eleitores distribuídos em cinco Estados da federação. A partir de 1950 o partido deveria ter o apoio de pelo menos 50.000 eleitores (NICOLAU, 2012).

Pela primeira vez na república os partidos tinham abrangência nacional. O objetivo era evitar o retorno ao quadro partidário regional da república velha, quando os partidos eram dominados pelas oligarquias locais (MOTTA, 1999).

Outra medida que fortaleceu os partidos foi a eleição via sistema proporcional para deputados federais, estaduais e câmaras municipais. Esse sistema funcionava da seguinte forma: os partidos ou coligações apresentavam a lista de candidatos e o eleitor poderia escolher entre votar no partido ou no candidato. Após a votação era calculado o quociente eleitoral, através do número de votos divididos pelo número de vagas em disputa. Os partidos recebiam as vagas de acordo com as vezes que atingiam esse quociente eleitoral. O sistema de sobras beneficiaria o partido com o maior número de votos nos Estados (NICOLAU, 2012).

Os Estados tiveram autonomia para elaborar suas regras eleitorais, podendo definir duração de mandato de governador, prefeitos e câmaras municipais. Santa Catarina optou pela duração de cinco anos do mandato de governador e por quatro anos dos mandatos de prefeitos e vereadores (NICOLAU, 2012).

O voto era obrigatório para maiores de dezoito anos, alfabetizados e mulheres que exerciam profissões lucrativas. Apesar do número de eleitores aumentarem, devido ao aumento da alfabetização no Brasil, grande segmento dos brasileiros estavam impedidos de votar, entre eles: os analfabetos, mendigos e militares, com exceção dos oficiais (NICOLAU, 2012).

As regras do novo sistema político tiveram como objetivo a construção de partidos fortes e presentes em todo o Brasil. Os avanços estavam destacados na ação da Justiça Eleitoral, que diminuiu o número de fraudes, o aumento do número de votantes, em decorrência do aumento de alfabetizados, mas a marca da exclusão ainda estava presente, excluindo os analfabetos, que compreendiam grande parte da população do processo.

Os partidos no sistema pluripartidário (1945 – 1965)

Os partidos políticos são fundados com objetivos determinados, ao defenderem a representação de determinadas ideias ou classes. O partido é o lugar em que acontece a mediação política, na qual este deve passar uma imagem que se adeque aos problemas apresentados pela sociedade. No entanto, essa resposta não é o simples reflexo dos problemas colocados, pois o partido fará a mediação através de sua própria linguagem. Nem sempre um partido consegue sobreviver se não responder a estes problemas (BERSTEIN, 2003).

Partidos em âmbito nacional

Definidas as novas regras eleitorais nos anos de 1945 e 1946, os partidos voltaram a atuar politicamente no Brasil após oito anos. Explicarei na sequência as características dos três principais partidos políticos brasileiros no período.

Apesar de Getúlio Vargas ter saído da cena política em 1945, sua herança continuou a dominar a cena política brasileira. Durante treze anos, os três principais partidos nacionais tiveram no getulismo sua referência, seja a favor, ou como oposição (DELGADO, 2008).

O historiador Thomas Skidmore classifica os getulistas como os “de dentro”, pois formados a partir da própria estrutura de poder da época Vargas, e os “de fora”, pois foram excluídos desse sistema e formaram oposição a ele (SKIDMORE, 1982).

O Partido Social Democrático

O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior partido do período. Formado por aqueles que ocuparam o poder e a burocracia durante o período Vargas, principalmente os interventores¹ nomeados por Getúlio Vargas nos Estados. Havia também grandes proprietários de terras e industriais beneficiados durante o período. Era o partido dos políticos tradicionais das áreas rurais. Foi organizado sob supervisão do próprio presidente (SKIDMORE, 1982). Como o partido nasceu da máquina administrativa do Estado Novo, partiu na frente dos outros partidos do período, pois já tinha grande capital político nos Estados, o que deu ao partido grandes chances de sucesso eleitoral logo na primeira eleição por todo o Brasil (DELGADO, 2008).

Ideologicamente foi um grande partido de centro, o qual teve como estratégia política o pragmatismo, tendo flexibilidade em seu programa doutrinário para fazer acordo com as diferentes correntes políticas para ocupar o poder (MOTTA, 1999).

A heterogeneidade das bases do PSD, juntamente com seu caráter pragmático, fez o partido agir de forma ambígua, hora apoiando medidas reformistas, hora defendendo os interesses de sua base oligárquica das áreas rurais.

A União Democrática Nacional

A União Democrática Nacional (UDN) foi formada a partir de uma ampla frente de oposição ao Estado Novo, construída por: Oligarquias destronadas com a chegada de Getúlio

¹ Função semelhante aos governadores estaduais atualmente, porém indicados pelo presidente da república conforme seus interesses.

Vargas ao poder, em 1930; antigos aliados de Getúlio, mas que foram marginalizados do poder; grupos liberais de forte identificação regional, e por fim, as esquerdas (DELGADO, 2008). Essas esquerdas acabaram rompendo com a UDN pouco tempo depois de sua formação, deixando o partido com feição elitista (BENEVIDES, 1981).

A UDN se destacou pela defesa de ideais liberais, advogando uma menor intervenção da economia e a favor da abertura do país ao capital estrangeiro. Combatiam tudo que estava associado com a herança política de Getúlio Vargas, consideradas pelo partido como nocivas ao Brasil. A bandeira da moralização da política foi frequentemente levantada pelo partido, e seus adversários políticos foram constantemente acusados de corrupção. (MOTTA, 1999). Sua estratégia consistia em atacar os partidos de oposição com o apoio dos grandes jornais que circulavam no país (DELGADO, 2008).

Havia um grande paradoxo na UDN, pois enquanto defendiam os ideais liberais como guardiões da democracia, não se constrangeram em pedir a impugnação de eleições para presidência em 1955, quando Juscelino Kubitschek venceu com 36% dos votos². O partido também foi um dos principais articuladores do golpe de 1964, se aproximando dos militares (DELGADO, 2008).

O Partido Trabalhista Brasileiro

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o mais identificado com Getúlio Vargas. Organizado a partir de membros ligados a burocracia trabalhista criada durante o Estado Novo e aos sindicatos. No entanto, coexistiam no partido burocratas que queriam obter cargos e vantagens eleitorais até uma ala mais à esquerda, com programas voltados para causas sociais (MOTTA, 1999).

Foi o partido que mais cresceu no período multipartidário, atingindo nas eleições para câmara dos deputados em 1962 30% dos votos. A defesa das causas trabalhistas e sociais contribuiu para seu crescimento junto à classe trabalhadora, principalmente nas cidades. Por simbolizar a principal força getulista, foi fortemente perseguido pelos udenistas, que divulgavam através da imprensa acusações de que os petebistas pretendiam instalar uma República sindicalista no Brasil, aos moldes do peronismo³, ou que pretendiam implantar o comunismo no país. (DELGADO, 2008).

² A UDN argumentava que o vencedor deveria ter mais de 50% dos votos, porém o código eleitoral não previa essa porcentagem mínima.

³ Movimento político inspirado no ex-presidente argentino Juan Domingo Perón. Na época, a mídia associava o peronismo a uma ditadura sindicalista (SKIDMORE, 1982).

Os partidos em Santa Catarina

O Partido Social Democrático catarinense

O Partido Social Democrático (PSD) se organizou a partir dos grupos que estavam no poder desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Esses grupos se organizavam em torno do ex-interventor federal Nereu Ramos⁴. Foi controlado desde o início pela oligárquica família Ramos, situada em Lages, porém seu domínio também era forte na capital do Estado (CARREIRÃO, 1990). Na época, Lages era o segundo maior reduto eleitoral do Estado, perdendo apenas para a capital (LENZI, 1983).

Pelo fato de ter sido montado por políticos que já estavam no poder, o partido nasceu forte. Nereu Ramos tinha uma rede bem articulada com os chefes políticos do interior, e apesar de participar pessoalmente da organização dos diretórios municipais, respeitava essas autoridades (LENZI, 1983). O uso da máquina pública também era um instrumento de pressão eleitoral, uma vez que poderia manter uma série de relações clientelísticas e exercer pressão sob os funcionários públicos⁵. Já nas eleições de 1947, o partido conseguiu eleger o governador de Estado (Aderbal Ramos), e a nível municipal conseguiu fazer 30 das 45 prefeituras e quase metade dos vereadores no Estado (CARREIRÃO, 1990).

O partido tinha força principalmente nas áreas rurais, porém, a partir da década de 1950 os outros partidos passaram a se organizar nessas áreas, “roubando” votos do PSD (CARREIRÃO, 1990).

O perfil conservador predominou no partido até o final da década de 1950, quando surge uma ala mais reformista liderada por Leoberto Leal⁶, que passou a disputar a liderança do partido com Nereu Ramos (CARREIRÃO, 1990).

A União Democrática Nacional catarinense

Dos grupos que formaram a UDN em nível nacional, em Santa Catarina os segmentos de forte cunho ideológico liberal e de esquerda não parecem ter participado da formação do partido.

⁴ Nereu Ramos teve intensa atividade política no Estado e no país. Do período de 1911 até 1958 teve diversos mandatos parlamentares como deputado estadual ou federal. Foi interventor federal em Santa Catarina durante todo o Estado Novo. Assumiu a presidência do Brasil por curto período em 1945 e 1955. Morreu em 1958 em um acidente aéreo juntamente com o governador Jorge Lacerda (UDN) e o deputado federal por Santa Catarina Leoberto Leal(PSD). Retirado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nereu-de-oliveira-ramos> Acesso em 25/04/2016 às 21:30.

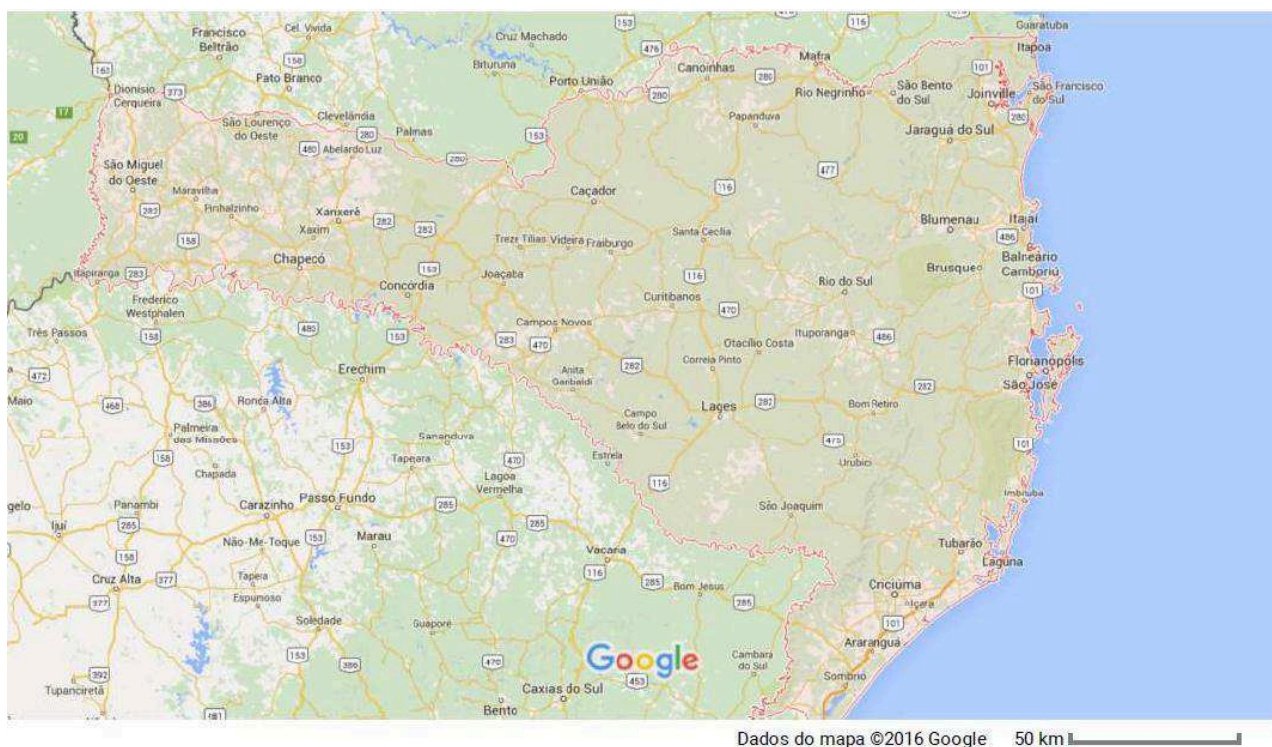
⁵ O uso da máquina administrativa para exercer pressão eleitoral também foi usado pelo partido rival, a União Democrática Nacional (UDN).

⁶ Filiou-se ao PSD no final da década de 1940, sendo eleito deputado federal em 1950 e reeleito em 1954. Retirado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leoberto-leal-laus> Acesso em 25/04/2016 às 21:50.

Predominaram os antigos aliados de Getúlio Vargas, que foram marginalizados do poder durante seu governo, e principalmente a oligarquia excluída do poder a partir de 1930, a família Konder Bornhausen (CARREIRÃO, 1990).

O partido predominava principalmente na região litoral de São Francisco do Sul, Vale do Itajaí e Nordeste do Estado. Era forte também nas regiões de colonização alemã, o que pode ser explicado pela resistência que essas áreas tinham com Nereu Ramos e seus aliados, que na década de 1930 realizaram a campanha de nacionalização⁷ no Estado, reprimindo a população de descendência alemã (CARREIRÃO, 1990).

Embora não tenha nascido tão forte quando seu rival, o PSD, o partido fez 35% dos vereadores nas eleições municipais de 1947, e conseguiu 6 prefeituras, dentre elas, Blumenau e Joinville. Durante todo o período Irineu Bornhausen⁸ teve hegemonia no partido, sendo eleito presidente do mesmo em 1947 e em 1950 foi eleito governador do Estado (CARREIRÃO, 1990).



Mapa de Santa Catarina. Fonte: Google Maps

A família Bornhausen tinha a propriedade do banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO), e o usavam para exercer o controle do partido. A estratégia consistia em colocar membros do clã ligados ao banco em posições chave no partido, e quando conseguiram o poder, em posições importantes na política do Estado (LAUS, 1985, APUD CARREIRÃO, 1990). Quando Irineu

⁷ Implantação de uma política do Estado Novo que visava “assimilar” os descendentes de imigrantes à sociedade brasileira. Uma das práticas foi a proibição da língua estrangeira. Em Santa Catarina essa política atingiu a comunidade teuto-brasileira, acontecendo inclusive prisões e humilhações públicas (SEYFERTH, 1997).

⁸ Foi prefeito de Itajaí na década de 1930. Eleito governador de Santa Catarina em 1950 e senador em 1958. Após a extinção dos partidos, em 1965 pelos militares, vinculou-se à Aliança Renovadora Nacional.

Bornhausen estava no governo o banco cresceu muito, servindo como uma espécie de banco oficial do Estado⁹ (CARREIRÃO, 1990).

A UDN e o PSD eram os dois maiores partidos de Santa Catarina no período. De perfil conservador, essas agremiações alimentaram uma rivalidade entre as oligarquias que estavam em seu comando. Essa rivalidade não começou em 1945, ela se acirrou principalmente em 1930, quando os Konder-Bornhausen foram marginalizados do poder e os Ramos foram colocados em seu lugar. Mas, se o PSD conseguiu o governo estadual em 1947, a UDN conseguiu eleger Irineu Bornhausen em 1950, e Jorge Lacerda¹⁰ em 1955, conseguindo equilibrar o poder no Estado.

O Partido Trabalhista Brasileiro catarinense

O partido nasceu em desvantagem em relação a seus rivais em questão da organização partidária, tendo um desempenho eleitoral muito fraco na primeira eleição, em 1947. A partir da década de 1950 é que o partido começou a se organizar no interior do estado. A princípio o partido tinha caráter moderado, e um indicio disso é que uma de suas lideranças era ligada a família Ramos (Saulo Ramos). Isso não significa que era conservador, pois o partido tinha influências das tendências nacionais, além de penetração nos meios operários¹¹ (CARREIRÃO, 1990).

A partir de 1958 o partido começou a ganhar uma feição mais reformista quando Doutel de Andrade chegou no Estado e se tornou presidente do partido. Porém o partido não era hegemônico ideologicamente, tendo diferenças ideológicas regionais (CARREIRÃO, 1990).

O partido era a terceira força eleitoral do Estado, e sua principal estratégia foi fazer alianças em nível estadual com a UDN e principalmente o PSD em troca de apoio nas eleições municipais. Dessa forma, em 1960 o partido conseguiu 12 prefeituras no Estado (CARREIRÃO, 1990).

O Partido de Representação Popular catarinense

Apesar de pequeno no país (e no Estado também), o PRP merece destaque nesta análise por ter feito boas votações no oeste catarinense.

Nacionalmente o PRP teve influência da Ação Integralista Brasileira, tendo como seu líder Plínio Salgado¹² (LENZI, 1983). Em Santa Catarina, o partido pareceu ter influências integralistas também. Essa era uma diferença com os demais partidos pequenos, pois o PRP tinha atividades fora

⁹ Essa estratégia não foi usada apenas pela UDN. Quando o PSD estava governando o Estado, a casa bancária HOEPCKE, ligada a Aderbal Ramos, também cresceu (CARREIRÃO, 1990).

¹⁰ Este morreu em 1958, e o vice-governador Heriberto Hülse assumiu.

¹¹ LENZI (1985, p. 168) tem uma posição diferente, pois afirma que a força do petebismo não estava na ideologia trabalhista, mas sim na força de nomes como Getúlio Vargas e Leonel Brizola.

¹² Líder Integralista no Brasil.

dos períodos eleitorais, como reuniões doutrinárias e atividades culturais e filantrópicas. Em Santa Catarina, o partido era forte nas áreas de colonização alemã, como o Vale do Itajaí e a cidade de Itapiranga, no extremo oeste. Em Itapiranga o partido tinha suas melhores votações, elegendo um deputado estadual pela região¹³ (CARREIRÃO, 1990).

Política e cidade em Chapecó

O Grande Chapecó até a década de 1940

Atualmente Chapecó é a maior cidade do oeste de Santa Catarina, contando, no ano de 2015, com uma população estimada em 205.000 habitantes¹⁴, número muito superior dos apresentados pelas cidades da região. Mas quando falamos sobre Chapecó na década de 1940, devemos ter em mente que a cidade não tinha a configuração atual. Ela era o distrito sede de um grande município de mesmo nome, que vou chamar de Grande Chapecó, ou Velho Chapecó. O município abrangia grande área, contendo mais vinte distritos: Aberlado Luz, Águas de Chapecó, Campo Erê, Caxambu, Coronel Freitas, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Guatambu, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, Passarinhos, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, São Miguel D'oeste, Xanxerê e Xaxim¹⁵.

Do final da década de 1910 até a década de 1930, havia distritos maiores e mais importantes que aquele que seria futuramente Chapecó. O poder era disputado por chefes ligados à extração de madeira e erva – setores economicamente predominantes na região até a década de 1940 – que entravam em conflito para que a sede do município fosse estabelecida em seus distritos. Dessa forma, a disputa se deu principalmente entre os distritos de Xanxerê e Passo Bormann. A década de 1920 marcou a chegada de companhias colonizadoras na região. O governo estadual tinha dificuldades em ocupar a região e se aliou com esses grupos, através de incentivos e concessão de terras devolutas (HASS, 1993). Dessa forma, um novo grupo econômico, vinculado à comercialização de terras ascendeu na região e começou a disputar o poder político local, ao lado de grupos ligados à extração vegetal¹⁶.

¹³ O comerciante Vicente João Schneider, que foi eleito deputado por duas vezes, de 1951 até a1959.

¹⁴Retirado do IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420420&search=linfogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> Acesso em 03/05/2016 às 11:15.

¹⁵ Retirado do IBGE: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=31410> acesso em 03/05/2016 às 10:45.

¹⁶ Essa madeira era transportada e comercializada para os países vizinhos através do Rio Uruguai. Para mais informações ver BELLANI, Eli. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do Ceom**. Chapecó, v. 19, n. 23, p.73-98, 2006.

Em 1930 o governo estadual tentou amenizar as lutas locais através da nomeação de Passo dos Índios (posteriormente denominada Chapecó) como distrito sede. A partir deste momento, esse distrito começou a ganhar importância na região, pois centralizava a administração do município. O distrito também era a sede da empresa colonizadora da família Bertaso, que teria grande influência política e econômica na região alguns anos mais tarde (HASS, 1993).

A partir da década de 1940, as empresas colonizadoras aumentaram muito seu poder econômico devido à uma onda de migração para o oeste catarinense. As empresas criavam poderosos laços de dependência com os colonos, garantindo a influência na comunidade. Dessa forma, a empresa colonizadora da família Bertaso ganhou muita influência econômica e política na região com esse processo (HASS, 1993).

Décadas de 1940 e 1950

No início da década de 1940, o Grande Chapecó tinha características essencialmente rurais. Dos quase 45.000 habitantes, 40.000 viviam na zona rural, sendo que no distrito de Chapecó, viviam aproximadamente 5.800 pessoas, dessas, 5.000 na zona rural. Na zona rural predominava as pequenas propriedades. A migração ocorrida para a região na época ainda fez florescer um pequeno comércio e indústria, empregando cerca de 500 pessoas. Nesse contexto, as empresas colonizadoras tomaram a dianteira da economia da região através do comércio de terras. Essa dominação econômica se transformou em dominação política com a aproximação da família Bertaso com Getúlio Vargas, com a nomeação de Serafim Enoss Bertaso para prefeito de Chapecó em 1944. Serafim era filho do coronel Ernesto Bertaso (proprietário da empresa colonizadora) e atuava como a voz política da família. Neste ano, o município não fazia parte do Estado de Santa Catarina, mas sim do Território Federal do Iguassú¹⁷, criado em 1943 (HASS, 1993).

Ainda sob o Território do Iguassú houve a redemocratização. O único partido a se organizar no município foi o Partido Social Democrático, principalmente pelo fato de seus organizadores já estarem no poder, o que garantiu um ótimo início ao partido, contando com vasta rede organizacional na região. O partido contou com a organização de membros ligados aos setores colonizadores e madeireiros¹⁸, e foi controlado pela família Bertaso, sendo que no final da década de 1950 setores ligados à indústria passam a disputar a liderança do partido. O PSD foi durante o período multipartidário o maior partido de Chapecó, garantindo maioria na câmara de vereadores e o executivo em todos os pleitos (por si só ou pelas coligações), exceto em 1950, quando perdeu a eleição municipal para a aliança UDN/PTB (HASS, 1993).

¹⁷ Território criado durante o período Vargas, em 1943, reunindo o Oeste de Santa Catarina e do Paraná. Foi extinto em 1946.

¹⁸ Mas também havia a participação de colonos, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais no partido.

Os outros dois principais partidos do município foram criados em 1946, quando o Território do Iguassú foi extinto e Chapecó voltou a pertencer ao território catarinense. A União Democrática Nacional surgiu de uma dissidência do próprio PSD. Essa rivalidade local foi provocada por alegações de perseguições políticas praticadas pelos pessedistas através da exclusão dos rivais aos cargos públicos. No entanto, diferente da UDN nacional, que era antigetulista, os udenistas chapecoenses participaram da administração pública durante o período Vargas e não foram formados em oposição a este. Seus líderes eram principalmente profissionais liberais ou comerciantes de origem urbana¹⁹. Durante todo o período a UDN oscilou entre a segunda e terceira força do município ao lado do PTB, conhecendo um aumento de sua influência quando o partido obteve o governo estadual. Esse aumento era provocado pelo fato de que o governo estadual nomeava membros do próprio partido para posições administrativas importantes no município, como por exemplo, o delegado (HASS, 1993).

O Partido Trabalhista Brasileiro também foi fundado em função de uma rivalidade local com os Bertaso. Essa rivalidade ficou evidente na formação da aliança com a UDN nas eleições municipais de 1950 - aliança que seria improvável nos planos estadual e nacional -, nas quais saíram vitoriosos. A principal estratégia do PTB foi a de construir alianças com os outros partidos, apoiando os candidatos a governador e troca do apoio para prefeituras. Assim o partido esteve no poder, elegendo o prefeito ou coligado durante todo o período, exceto nas eleições de 1947. A partir da segunda metade da década de 1950, o partido teve a influência de líderes reformistas, próximos ao líder estadual Doutel de Andrade (HASS, 1993).

Vale lembrar também o Partido de Representação Popular, muito forte nas regiões colonizadas por descendentes de alemães. O partido era muito forte no município de Chapecó, principalmente na região de Itapiranga. No entanto, perdeu quase toda sua força na cidade quando este distrito se emancipou na década de 1950 (HASS, 1993).

Apesar de a justiça eleitoral ter diminuído a prática da corrupção eleitoral em nível nacional (NICOLAU, 2012), em Chapecó essa prática parece ter continuado. Denúncias dos entrevistados por Monica Hass (1993) apontaram a coação aos eleitores, formação de currais eleitorais em dias de votação, demissão de funcionários públicos, etc.

No início da década de 1950, o Grande Chapecó mais do que dobrou sua população, totalizando quase 95.000 habitantes, sendo que o maior crescimento aconteceu na área urbana. Na sede do município, Chapecó, a população urbana triplicou, chegando a quase 3.000 habitantes. Na área rural, o distrito chegou a quase 13.000 habitantes. A atividade urbana e comercial também estava se desenvolvendo, e os primeiros bancos começaram a aparecer na cidade. Esse crescimento

¹⁹ Assim como o PSD, o partido também contava com a participação de colonos e funcionários públicos.

urbano fortaleceu a posição do distrito sede como importante centro do município. Por ser a sede administrativa, ocorria a atração de lideranças políticas dos distritos vizinhos. Esse processo foi acompanhado pela ascensão de membros ligados a atividades urbanas na política partidária.

Em 1950, a aliança do PTB com a UDN ganhou as eleições municipais, marcando o ingresso desse novo grupo na arena política (HASS, 1993). Uma tragédia marcou o pós-eleitoral. A igreja católica e uma serraria foram incendiadas, e a culpa recaiu sob quatro homens que não eram da cidade, que foram levados à delegacia e linchados pela população. No entanto, Monica Hass vê indícios da rivalidade política no caso, isso porque os linchados eram ligados ao PTB, e o delegado ao PSD. O linchamento ainda contou com a conivência do coronel Bertaso, que sabia que o linchamento iria ocorrer, mas não fez nada para impedir (HASS, 1993).

Durante a década de 1950, o município conheceu o desmembramento de diversos distritos importantes, como Xanxerê, Xaxim, Itapiranga, São Miguel D'oeste, Faxinal dos Guedes, dentre outros. Dessa forma, a cidade ganhou contornos administrativos mais próximos dos atuais. A cidade teve um crescimento populacional perto de 150 %, atingindo no final da década os 50.000 habitantes, sendo que 10.000 destes na zona urbana. O comércio cresceu cerca de 150%, e as primeiras agroindústrias – setor que terá grande importância no futuro da cidade – começaram a ser instaladas. O frigorífico S.A Indústria e Comércio de Chapecó (SAIC) é fundado em 1952, e de seus quadros saíram importantes políticos da cidade que dividiram a liderança do PSD com os Bertaso, dentre eles, destaca-se Plínio Arlindo de Nês²⁰. Em 1956 foi fundado o frigorífico Indústria e Comércio Marafon Ltda. – atual Aurora (HASS, 1993).

Entre as décadas de 1940 a 1960 o município de Chapecó passou por grande crescimento populacional, principalmente na área urbana, apesar de manter características essencialmente rurais devido a grande maioria de sua população que vivia nessa área. Esse crescimento trouxe maior dinamismo para a sociedade chapecoense, que passou a contar com um aumento expressivo dos estabelecimentos comerciais e a construção das agroindústrias. Esse processo provocou o ingresso de setores urbanos ligados à indústria e comércio na esfera política, disputando o poder com empresários do ramo madeireiro e colonizador, que dominavam a região durante a década de 1940.

Neste capítulo quis demonstrar como a evolução política chapecoense acompanhou a própria evolução da cidade, com o ingresso de setores emergentes na política local. Além disso, tentei traçar as relações do quadro político regional com o nacional e o estadual. No próximo capítulo vou falar sobre como as mudanças econômicas ocorridas no plano econômico nacional a partir da segunda

²⁰ Plínio dedicava-se à atividade madeireira em Faxinal dos Guedes na década de 1940. Filiado ao PSD, foi suplente de vereador em 1947 e 1950. Em 1952 assumiu a direção do SAIC e em 1955 ganha as eleições para prefeito municipal (HASS, 1993).

metade da década de 1950 influenciaram o plano econômico do Estado de Santa Catarina ao final dessa década, e como a questão econômica estava intimamente ligada com o cenário político em todo o Estado, inclusive na região Oeste.

CAPÍTULO 2: Política, economia e imprensa no Oeste de Santa Catarina (1960-1966)

No dia dezenove de janeiro de 1966, o jornal chapecoense Folha D' oeste trouxe em sua terceira página uma matéria intitulada “A transformação Catarinense”, a qual estabelece a eleição de Celso Ramos em 1960 como divisor de águas em Santa Catarina. Os governos da década de 1950, apesar de “dotados da melhor boa vontade” não conseguiam solucionar os problemas da população devido à “falta de conhecimento profundo dos reais anseios do povo”. Esse cenário teria mudado a partir de 1959, quando iniciou o Seminário Socioeconômico de Santa Catarina e o povo “segreda ao governo seus problemas”. O homem apontado pelo jornal como responsável pelo Seminário e a solução dos problemas levantados era Celso Ramos, “que dignificou Santa Catarina” e mesmo que “se pode discernir as duas fases de Santa Catarina. Uma antes de 1960 e outra após²¹”. Dentre as realizações do então governador, o jornal destacou a criação do planejamento econômico, através do PLAMEG (Plano de Metas do Governo) e da Secretaria do Oeste, responsável por sua aplicação no Oeste do Estado.



Folha D' oeste, 19.01.1966

Na edição seguinte, o jornal trouxe uma grande reportagem sobre os feitos da Secretaria do Oeste, a qual realizaria a “redenção” do oeste catarinense, que antes da implantação desta secretaria estaria esquecido. Esse tipo de reportagem foi frequente durante todo o ano de 1966, com o jornal trazendo ao leitor uma noção de progresso da região associado às obras realizadas por meio desta Secretaria, e consequentemente, do governo estadual.

²¹ Jornal Folha D' oeste, 19.01.1966.

Para entendermos o lugar do planejamento econômico e da Secretaria do Oeste na história política de Chapecó no período analisado, não dissociarei esta do contexto estadual e nacional, apesar de suas particularidades. Farei um recuo até o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), procurando explicar que a política econômica da região oeste – tendo em Chapecó o centro de decisões - estava conectada com o governo estadual, e que este último sintonizava – a seu próprio modo – com o cenário federal. Na área econômica tivemos o planejamento de investimentos a partir do Estado como referência no governo federal com Juscelino Kubitschek, e em Santa Catarina a partir de Celso Ramos (1961 – 1966). No plano estadual a questão da economia e administração do Estado estava intimamente ligada com a questão política. Pretendo demonstrar como essas temáticas influenciaram no cenário político e econômico de Chapecó e da região oeste na segunda metade da década de 1960, bem como também estavam intimamente ligadas com a linha narrativa escolhida pelo jornal.

Juscelino Kubitschek e o triunfo do planejamento econômico

Após o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, o vice-presidente, Café Filho, assumiu o governo de um país que passava por graves problemas econômicos. Seu gabinete colocou em prática um plano de equilíbrio financeiro através de medidas ortodoxas, como o controle dos gastos públicos. Seu sucessor, Juscelino Kubitschek, eleito para o período de 1956 até 1961, tomou caminho oposto, liderando uma fase de grandes investimentos (FICO, 2015).

O governo se aproveitou de circunstâncias favoráveis: um grande mercado interno e capacidade de expansão em áreas chave, como a indústria do ferro e aço (SKIDMORE, 1982). Além disso, no contexto mundial os países europeus haviam se recuperado economicamente da segunda guerra mundial (FICO, 2015), possibilitando a atração de investimentos estrangeiros.

O objetivo era estimular de forma rápida os investimentos privados - inclusive estrangeiros - atraindo esse tipo de capital para as empresas brasileiras. Os investimentos públicos seriam canalizados para áreas de “estrangulamento”, consideradas como um entrave para o desenvolvimento nacional (SKIDMORE, 1982). Esse plano de governo do presidente da república recebeu o nome de Plano de Metas, que consistiam em objetivos principalmente na área de infraestrutura (transporte e energia) e indústrias (FICO, 2015). O grande coordenador desses investimentos seria o Estado.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho formulou o conceito de nacional-estatismo para caracterizar a cultura política²² brasileira daquele momento, bem como em outros contextos da

²² O autor entende como cultura política, citando Serge Berstein (2009), “um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas”. Uma cultura política responde a

história nacional. O conceito define um governo nacionalista que utiliza um Estado forte como agente articulador da vontade nacional em torno de um “processo autônomo de modernização” (REIS FILHO, 2014) Essa cultura política surgiu no Brasil durante o Estado Novo, no qual o Estado desenvolveu um papel centralizador, trabalhando em prol de um ideário nacionalista, modernizando e industrializando o país, além de integrar a nação através da formação de amplas alianças sociais (REIS FILHO, 2015).

No entanto, as culturas políticas não são estáticas, podendo sofrer mutações (REIS FILHO, 2014). Após a queda do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito e implantou medidas econômicas de cunho liberal, procurando diminuir o papel do Estado na economia (SKIDMORE, 1982). Essas políticas não foram suficientes para acabar com as instituições e características principais do nacional estatismo. Nas eleições seguintes Getúlio Vargas retornou ao poder, reforçando tal cultura política, e em 1956 foi a vez de Juscelino Kubitschek promovê-la, dessa vez levando as concepções modernizantes e industrializantes a ritmos delirantes com seu slogan “cinquenta anos em cinco” (REIS FILHO, 2015).

O Plano de metas foi um sucesso se nos focarmos apenas nos objetivos alcançados. A maioria das metas foi atingida, algumas até ultrapassadas, como o caso do setor de energia e comunicações, que teve um aumento de 380% (SKIDMORE, 1982). Administrativamente a estratégia de Juscelino consistiu em montar uma administração paralela, através do que se chamou “grupos executivos”. Esses grupos contornavam os tradicionais órgãos burocráticos, que atendiam à distribuição política de cargos, dando agilidade ao plano de governo (FICO, 2015).

A partir de 1958 esse modelo de desenvolvimento começou a apresentar problemas. O governo esperava arcar com os altos investimentos públicos através das receitas advindas da exportação, porém essas receitas não acompanharam os gastos, gerando inflação e déficit nas contas públicas. Kubitschek teria que escolher entre um plano de contenção de gastos ou a continuidade do Plano de Metas. Geralmente planos de contenção de gastos geram impopularidade aos governantes, e como as eleições se aproximavam, Juscelino escolheu continuar seu plano de governo. (SKIDMORE, 1982).

Na segunda metade da década de 1950, o planejamento econômico encontrava terreno fértil no governo de Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas, e se mostrou efetivo, atingindo e superando grande parte de seus objetivos iniciais. O presidente da república encontrou condições favoráveis no mercado interno e externo para empreender tal plano, e administrativamente não alterou as estruturas tradicionais, contornando-as com os grupos executivos, o que permitiu tocar

aceleradamente seu plano de governo. Porém, na segunda metade de seu mandato esse desenvolvimento acelerado começou a aumentar a dívida brasileira, problema que deveria ser enfrentado pelo próximo presidente da república, pois Kubitschek não parecia disposto a se desfazer do Plano de Metas.

Jânio Quadros e João Goulart

Nos anos finais do governo de Juscelino Kubitschek, o governo encontrava-se pressionado: uma onda grevista que havia tomado o país revelava o descrédito das camadas populares, cujos salários eram corroídos por uma inflação sem qualquer tipo de controle. A oposição liberal acusava o governo de corrupto. A esquerda criticava a abertura ao capital estrangeiro. Nesse contexto, a sociedade foi criando um sentimento de necessidade de renovação. Essa necessidade foi encarnada no político Jânio Quadros (REIS FILHO, 2014).

O estilo político de Quadros fez com que Skidmore o considerasse um “corpo estranho”: não se alinhava aos grupos anti-Vargas, mas era um anti-sistema Vargas, se apresentando como uma alternativa de mudança radical aos antigos políticos. Conquistou apoio principalmente da classe média, a qual via em Jânio a imagem de um administrador honesto e com discurso moralista anticorrupção. Apresentava-se como apartidário, negociando o apoio da UDN, desde que pudesse manter sua independência (SKIDMORE, 1982).

Jânio venceu demonstrando grande força eleitoral, conseguindo 48% dos votos. Diante das dívidas herdadas, o governo adotou um plano de estabilização financeira (SKIDMORE, 1982), abandonando a fase de grandes investimentos estatais iniciada por Juscelino Kubitschek.

Entretanto, a despeito de sua popularidade, esse plano de estabilização gerou insatisfação entre diversos setores da sociedade (REIS FILHO, 2014). Além disso, o presidente não contava com maioria no congresso nacional, dificultando assim sua governabilidade. Quadros esboçou um retorno ao desenvolvimentismo através da elaboração do Plano quinquenal, em agosto de 1961, no entanto, tal plano não teve tempo de ser posto em prática. Jânio entregou no dia 25 de agosto sua renúncia ao congresso nacional (SKIDMORE, 1982).

Não se sabe ao certo qual foi a estratégia do presidente. O historiador Carlos Fico afirma que, ao que tudo indica, o objetivo era aproveitar de sua popularidade para que a população pressionasse por seu retorno, fortalecendo seu poder frente ao congresso nacional (FICO, 2015).

A atitude de Jânio Quadros abriu uma crise política no país. O vice-presidente era João Goulart (também conhecido como “Jango”), do PTB²³, que estava em missão diplomática na China comunista. Jango era mal visto pelos militares mais conservadores, inclusive pelos três ministros militares, que consideravam sua posse um perigo para o país, e impediram sua posse (REIS FILHO, 2014).

Apesar da atitude tomada pelos ministros, o exército encontrava-se dividido. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, havia iniciado uma campanha popular em defesa da posse de Goulart, que foi aderida pelo III exército (SKIDMORE, 1982).

A solução encontrada para a crise foi a instauração do parlamentarismo no Brasil. Foi uma resolução de momento levada a cabo por uma ampla coalizão de forças, dispostas a impedir um golpe militar, mas que também desejavam restringir os poderes do presidente João Goulart (FERREIRA, 2008).

Além da crise política, a crise econômica piorou. Entre a posse de Jânio e Jango, foram emitidos 87 bilhões de cruzeiros, mais da metade destes só nas duas semanas em que os ministros militares tomaram o poder. O reflexo desta emissão foi um alto índice de inflação, alcançando a casa dos 45% em 1961. Para piorar a situação, Goulart tinha pouco espaço de manobra para enfrentar a crise devido as restrições do sistema parlamentarista (FERREIRA, 2008).

No ano de 1963, o presidente recuperou seus poderes através de um plebiscito sobre a volta ao presidencialismo. Seu plano de governo estava baseado no Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, que aliava combate à inflação com desenvolvimentismo. No entanto, esse plano durou apenas três meses, dessa forma, a partir do segundo semestre, o país passou a ser governado sem nenhum tipo definido de projeto governamental (REIS FILHO, 2014).

O planejamento econômico, no qual o Estado atua ativamente como coordenador de investimentos públicos e privados teve no início da década de 1960 – no plano nacional – um recuo, em detrimento dos planos de estabilização financeira. No entanto, o início da década de 1960 teve no planejamento econômico de Juscelino Kubitschek um modelo de sucesso, devido às metas alcançadas. Esse tipo de planejamento foi adotado como plano de governo também em Santa Catarina, a partir do governo de Celso Ramos (1961-1966).

²³ Diferentemente das eleições atuais, nas quais o presidente e o vice são eleitos em uma mesma chapa, entre 1945-1964 o vice era eleito separadamente, sendo possível ser de um partido rival.

Celso Ramos e o Planejamento Estadual

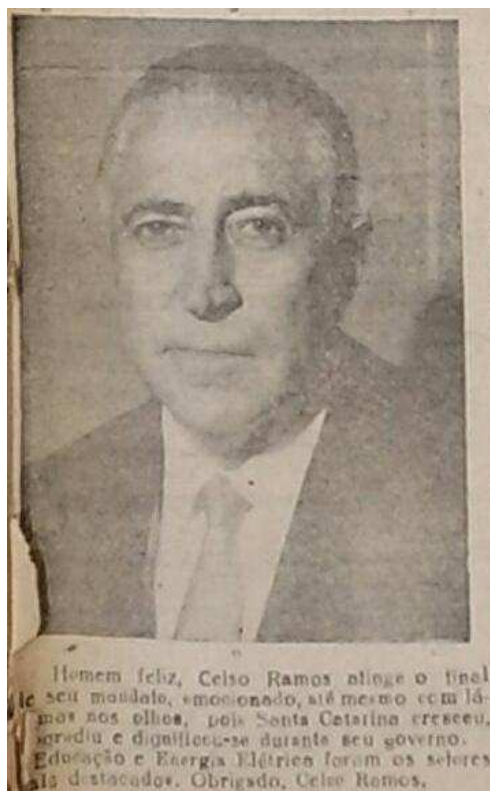
As edições do jornal Folha D’oeste dos dias 19 e 29 de janeiro de 1966 trouxeram longas reportagens sobre as obras realizadas por Celso Ramos durante seu mandato à frente do governo estadual, que aquela altura estava se encerrando. Para o jornal o povo catarinense era privilegiado, pois no dia 31 daquele mês – data em que passaria o governo a seu sucessor, Ivo Silveira – celebrariam a “coroação das obras de um governo que, no conceito dos Estados brasileiros, poderia ser apontado como exemplo de sábia administração, revestida de atos e fatos que bem caracterizam a capacidade, lisura e austeridade político-administrativa do sr. Celso Ramos”. O político teria desenvolvido seu governo de “maneira tão espetacular” que seria naquele momento a “figura catarinense de maior e mais expressiva projecção”. O jornal ainda destacava que até seus adversários admiravam e agradeciam ao governador “em nome de toda Santa Catarina²⁴”.

Dentro os feitos do então governador, lembrados pelo jornal chapecoense, estavam a criação do Seminário Socioeconômico, que foi a base para o plano de governo de Celso Ramos, o Plano de Metas do Governo (PLAMEG).

Esse seminário – tratado pelo jornal de Chapecó como o momento em que o governo “escutou os problemas” do povo catarinense, como mencionado no início do capítulo - foi levado a cabo pelas lideranças industriais do Estado, organizadas em torno da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), que à época era presidida pelo próprio Celso Ramos²⁵.

²⁴ Jornal Folha D’oeste, 29.01.1966.

²⁵ Pertencente à família Ramos, o lageano foi fundador e primeiro presidente da FIESC, em 1950, permanecendo no cargo até 1960, quando ganhou a eleição para governador do Estado. Já havia disputado uma eleição em 1958 para senador pelo PSD, perdendo para Irineu Bornhausen, da UDN. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ramos-celso> Acesso em: 11/06/2016, às 22:15h.



Folha D'oeste, 29.01.1966

O seminário procurava identificar os “pontos de estrangulamento” da economia catarinense, ou seja, identificar o que impedia o desenvolvimento econômico do Estado. A metodologia consistiu em questionários e reuniões, as quais participavam representantes de diversos setores da economia estadual: industriais, comerciantes, representantes do setor agropecuário, da administração pública, operários, e outros setores, como a igreja (SCHMITZ, 1985).

O seminário diagnosticou diversos fatores que estariam impedindo o crescimento econômico, dos quais se destacava o setor de infraestrutura e crédito. No setor energético, constatou-se que era impossível a expansão industrial devido ao baixo potencial energético do Estado. As deficiências no setor rodoviário impediam a integração econômica. O banco nacional de desenvolvimento (BNDE) não fornecia os financiamentos considerados ideais. No setor de educação, constava-se que a baixa capacidade da rede de ensino não possibilitou a formação de pessoal técnico capacitado (SCHMITZ, 1985).

Celso Ramos se lançou candidato pelo PSD ao governo do Estado nas eleições de 1960 tendo como plano de governo um planejamento econômico que levasse em conta os problemas diagnosticados pelo Seminário (SCHMITZ, 1985). Naquela ocasião foi vencedor, ganhando do udenista Irineu Bornhausen.

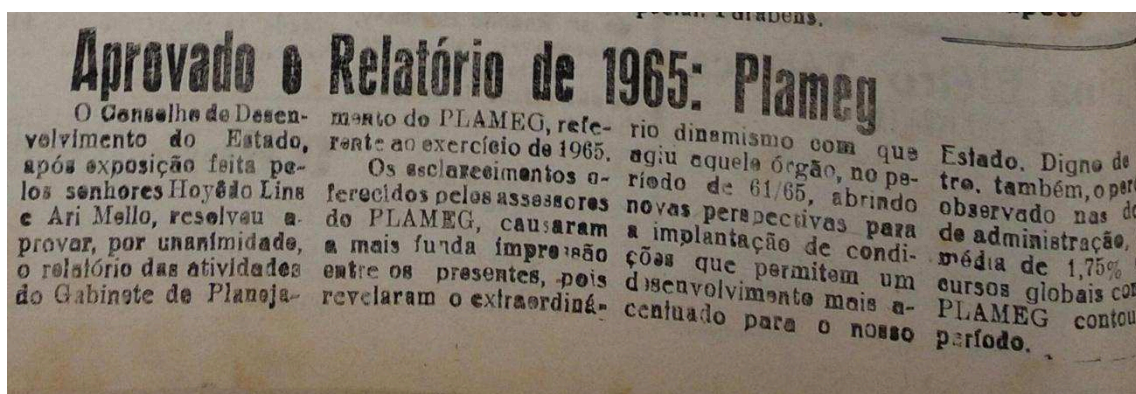
O programa de governo se materializou através do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), o qual teve inspiração no planejamento nacional de Juscelino Kubitschek, e procurava disciplinar os

investimentos públicos, buscando solucionar os problemas de infraestrutura que impediam o crescimento econômico, bem como incentivar a iniciativa privada (SCHMITZ, 1985).

Assim como Kubitschek tinha os “grupos executivos”, um dos trunfos do PLAMEG foi dispor de um Gabinete de Planejamento dotado de autonomia administrativa e financeira própria, o que possibilitou maior celeridade as decisões (SCHMITZ, 1985).

Falando sobre o relatório das atividades do PLAMEG referentes a 1965, Folha D’oeste tem uma visão positiva, afirmando que

Os esclarecimentos oferecidos pelos assessores do PLAMEG, causaram a mais profunda impressão entre os presentes, pois revelaram o extraordinário dinamismo com que agiu aquele órgão, no período de 61/65, abrindo novas perspectivas para a implantação de condições que permitem um desenvolvimento mais acentuado para o nosso Estado²⁶.



Folha D'oeste, 09.07.1966

O governo de Celso Ramos colocou em prática o planejamento econômico no qual o Estado era o principal agente de “desenvolvimento” no Estado, através de obras públicas e incentivo ao capital privado. O Jornal Folha D’oeste deu enfoque positivo para o período, estabelecendo uma linha narrativa para a história de Santa Catarina – principalmente do Oeste - que enfatiza o antes e o depois de Celso Ramos. Antes o Oeste estaria esquecido e abandonado, e depois virou lugar do “progresso”. O principal motivo de Celso Ramos receber uma visão tão positiva foi a criação da Secretaria de Oeste.

Secretaria do Oeste

Um dos pontos presentes no diagnóstico realizado pelo Seminário Socioeconômico era a integração da região oeste do Estado. A região já praticava comércio com o Rio Grande do Sul e Paraná, criando medo por parte da capital de que esses Estados absorvessem a economia da região.

²⁶ Folha D’oeste, 09.07.1966.

Além disso, havia rumores de uma movimentação para recriar o Estado do Iguaçu, reunindo regiões do oeste do Paraná e do Rio Grande do Sul (CASSOL, 2013).

Nesse sentido, o governo criou no final de 1963 a Secretaria dos Negócios do Oeste, responsável por aplicar o PLAMEG na região, dotada de autonomia administrativa própria, o que fez a imprensa chapecoense a chamar de “governinho do oeste”²⁷.

Durante o ano de 1966, Folha D’oeste trouxe em dois momentos a história da autarquia. No dia 29 de outubro de 1966, em reportagem que fazia parte da comemoração da inauguração da nova sede da secretaria, intitulada “Um pouco de história”, podemos ler que o órgão foi criado em agosto de 1963 através da lei n. 3.283 e instalada no início de dezembro do mesmo ano. A secretaria administrava uma área de aproximadamente 14.500 km² divididas em 34 municípios, com uma população de quase 300.000 habitantes. Consta ainda que sua criação reflete “o desejo do governo do Estado em dar solução rápida e eficiente aos problemas de uma região que pela situação geográfica de completo isolamento com a capital”.



Área de atuação da Secretaria do Oeste Fonte: CASSOL, 2013, p. 82.

A publicação ainda faz referência de que a experiência criaria “meios para o desenvolvimento econômico da região” através de “estudos, planejando e solucionando velhos

²⁷ Folha D’oeste, 23.04.1966

problemas de infra-estrutura”. Essas medidas seriam capazes de trazer o progresso para a região “que será uma decorrência natural²⁸”



Fachada da Secretaria do Oeste. Folha D' oeste, 29.10.1966

Na outra reportagem, no dia 29 de janeiro, o periódico chapecoense trouxe uma longa matéria na capa e em mais duas páginas sobre os feitos da secretaria do Oeste durante a gestão de Serafim Bertaso no período 1963-1966, que acabou sendo renovada até 1969. O título da reportagem é revelador da linha narrativa que o jornal adotou: “... O Oeste catarinense confiou. Sua redenção é realidade...”. O jornal nos remete até o dia 2 de dezembro, data da inauguração da secretaria, e reproduz uma frase do discurso de Celso Ramos: “O oeste catarinense pode estar confiante. Chegou a hora de sua redenção!”. Celso entregava naquele dia o “timão da nau” ao engenheiro Serafim Bertaso, “homem experimentado e filho de ilustre família de colonizadores do Oeste Catarinense”. Ainda segundo a publicação, o panorama da região foi mudado, e dá tons dramáticos ao processo, pois “não houve um minuto de omissão, não houve um dia de repouso, não houve um segundo de desvanecimento”. Pelos serviços prestados, o filho do coronel Ernesto Bertaso ainda recebeu a denominação de “LIBERTADOR DO OESTE CATARINENSE” pelos 34 prefeitos da região e de autoridades da administração pública regionais²⁹.

²⁸ Folha D' oeste, 29.10.1966

²⁹ Folha D' oeste, 29.01.1966.

Fôlha d'Oeste

ANO II Imprensa de Santa Catarina Edição Semanal Edição do DIÁRIO JORNALÍSTICO DE SANTA CATARINA CHAPECÓ, Paraná, 29 de Janeiro de 1966

“ O oeste catarinense contiou. Sua redenção é realidade..”

Correram em 2 de dezembro de 1962. O governador Celso Henrique Tinoco, 25 de outubro de 1962, de vital importância para o Oeste Catarinense...

Secretaria do Oeste Catarinense, localizada no município de Chapecó, em 29 de janeiro de 1966...

Secretaria do Oeste Catarinense, localizada no município de Chapecó, em 29 de janeiro de 1966...

Ordem do Dia do Governador e presidente... em 2 de dezembro de 1962...

Ordem do Dia do Governador e presidente... em 2 de dezembro de 1962...

Ordem do Dia do Governador e presidente... em 2 de dezembro de 1962...



Edifício da Secretaria do Oeste Catarinense, localizada no município de Chapecó, em 29 de janeiro de 1966.



Propriedade rural em Santa Catarina, mostrando a agricultura e pecuária locais.

Segurança Pública/Justiça

Uma importante tarefa do governo é que esteja assegurada a segurança pública e justiça...

Uma importante tarefa do governo é que esteja assegurada a segurança pública e justiça...

Agricultura e Pecuária

Região essencialmente agrícola, o oeste catarinense grande apoio ao seu setor produtivo...

Folha D'Oeste, 29.01.1966

A secretaria do Oeste funcionou no período como uma autarquia provida de autonomia administrativa, representando o governo do Estado quase como um governo paralelo. Sediada em Chapecó, o que fez com que a cidade fosse se tornando centro administrativo do Oeste, a Secretaria iniciou diversas obras de infraestrutura na região, mas não só isso, pois ao ler as páginas de Folha D'Oeste, percebe-se que quase tudo tinha o “carimbo” da secretaria: verbas para escolas e hospitais, instalações telefônicas, parques, dentre outros. À frente do órgão estava um dos líderes possedistas de Chapecó, Serafim Enoss Bertaso, o qual o jornal não deixava de ressaltar.

A Secretaria do Oeste foi um ator importante da política chapecoense e oestina. Para compreendermos a relação entre o governo do Estado, Secretaria do Oeste e o jornal Folha D'Oeste é necessário entender as relações entre os políticos que chefiavam esses órgãos.

Ao estudar a relação entre políticos e empresários em Santa Catarina, entre 1961 até 1970, Patricia Zumblick Santos May fala sobre redes político-empresariais. Nessas redes, os empresários, ligados entre si em função dos negócios ou até mesmo dos partidos políticos, se mobilizavam para

aumentar sua influência política, aumentando dessa forma sua influência na esfera administrativa do Estado. Assim, líderes empresariais eram também lideranças políticas, exercendo cargos chave da administração estadual, além do controle sobre a distribuição de cargos públicos (MAY, 1998).

Dentro dos partidos, essas redes se dividiam em alas. No PSD, havia uma ala ligada a Aderbal Ramos, que reunia principalmente profissionais liberais de Florianópolis. A outra ala estava associada a Celso Ramos e à FIESC, reunindo dessa forma empresários de todo o Estado. A FIESC possibilitou aos empresários catarinenses terem contato com os empresários de todo país, o que fez com que eles tivessem contato com a ideologia desenvolvimentista predominante no fim do governo JK. Esses ideais pautaram o governo de Celso Ramos. (MAY, 1998)

No oeste³⁰, os empresários ligados a Celso Ramos eram Atílio Fontana (Concórdia) e Plínio de Nês (Chapecó), ambos ligados ao setor Agroindustrial (o primeiro na Sadia e o segundo na SAIC), bem como Serafim Bertaso (MAY, 1998).

Plínio de Nês e Serafim Bertaso disputavam a liderança do PSD chapecoense. Nas eleições para a prefeitura de Chapecó em 1960, como também em 1965 havia um acordo com o PTB, em que o PTB apoiava o PSD para disputa de governador em troca de apoio nas eleições municipais. Os candidatos do PTB chapecoense foram, respectivamente, João Destri e Sadi de Marco, ambos os nomes eram rejeitados por Bertaso, mas que acabaram “bancados” por Plínio. Isso mostra a força que Plínio tinha no PSD local, visto que a família Bertaso tradicionalmente tinha o poder político na cidade (HASS, 1993).

Os anos a frente da FIESC permitiram a Celso Ramos articular uma rede político-empresarial afinada com os ideais desenvolvimentistas e do planejamento econômico. Quando ganhou as eleições para governador, colocou lideranças empresariais de sua rede em postos chave da administração estadual. No oeste, coube a Serafim Bertaso a direção da Secretaria do Oeste, uma poderosa máquina estatal que tinha gerência sob uma grande área, e que inaugurava diversas obras pela região. Isso colocou o engenheiro e político chapecoense numa posição de destaque na política do Oeste, e que lhe rendeu exposição positiva na imprensa local.

O Jornal Folha D’oeste

O jornal Folha D’oeste foi fundado em Palmitos, município próximo a Chapecó, em Março de 1964. Foi transferido para Chapecó e passou a cobrir 30 municípios da região³¹. O periódico se

³⁰ Excluindo a região meio-oeste.

³¹ Folha D’oeste, 24.03.1966. A reportagem não indica a data exata da mudança de sede do jornal, mas afirma que foi naquele momento que o jornal passou a ter mais relevância.

caracterizava como semanal, porém o intervalo de suas edições é incerto, pois às vezes suas edições tiveram intervalo de duas semanas, as vezes de 5 dias.

Foi o único órgão de imprensa escrita em Chapecó no período, e um dos poucos do Oeste³². Os outros periódicos da região foram o “Imprensa do Povo”, fundado em setembro de 1966, em Xanxerê, e o “Voz da Fronteira”, o qual a editoria não informa a sede³³.

Seu editor foi Homero Franco, homem que parece ter tido trânsito privilegiado na sociedade chapecoense, por circular em diversos grupos da cidade. Por exemplo, em março de 1966 há a inauguração da AIRA (Associação Oestina de Imprensa e Radiodifusão) e Homero Franco foi eleito presidente³⁴. Ainda temos a aproximação de Homero com os círculos políticos da região, e que deve ser levado em conta para entendermos as opções narrativas realizadas pelo jornal.

No dia 18 de fevereiro de 1966, a imprensa chapecoense promoveu um jantar com autoridades administrativas da cidade, no qual o representante da Radio Chapecó fez algumas reivindicações para os presentes, como por exemplo, melhoria na iluminação pública. Em seguida, pediu a palavra Homero Franco, na condição de representante do secretário do Oeste, prometendo levar as reivindicações para o conhecimento de Serafim Bertaso³⁵. Em outro evento – a inauguração da energia elétrica no município de Caibí – Homero Franco falou novamente como representante de Serafim, se apresentando como chefe das relações Públicas da secretaria³⁶.

As ligações com Serafim não param por aí. Franco também era ligado ao PSD e foi vereador pelo partido em Palmitos. A mudança da sede também teve influência do secretário do Oeste, que inclusive teria emprestado dinheiro para isso, tendo o interesse na divulgação das atividades da secretaria no jornal (SCHNEIDER, 2001).

Na prática, o jornal funcionava, muitas vezes, como uma espécie de assessoria de imprensa da secretaria (e de Serafim Bertaso), a qual só apareceu de forma positiva em suas páginas ao longo de 1966.

³² O outro órgão de imprensa da cidade é a Radio Chapecó.

³³ Folha D’oeste, 24.09.1966.

³⁴ Folha D’oeste, 23.03.1966.

³⁵ Folha D’oeste, 28.02.1966.

³⁶ Folha D’oeste, 02.07.1966.

3º Aniversário da Secretaria do Oeste

No último dia 1. de dezembro transcorreu o terceiro aniversário de instalação da Secretaria dos Negócios do Oeste. Como órgão descentralizado da administração estadual esta importante pasta foi incomparável em realizações durante o curto prazo de 36 meses. Primando pela solução de problemas de infra-estrutura, as realizações nesse campo foram inúmeras, modificando completamente o panorama da região oeste de Santa Catarina e transformando plenamente uma região esquecida pelos governos em palco de substanciais realizações acentuando as bases de um futuro promissor numa arrojada de progresso comentada pelo Brasil inteiro.

No momento em que os oestes comemoram a passagem do terceiro aniversário da Secretaria do Oeste, unimo-nos aos sentimentos de alegria desta gente honrada e trabalhadora, felicitando



O homem, a quem o Governo de Santa Catarina confiou a promoção redentora do Oeste Catarinense, dr. Serafim Bertaso, DD. Secretário dos Negócios.

a pela conquista de melhores dias, ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com S. Exa. o dr. Serafim Bertaso, titular da pasta, formulando votos pela sua felicidade pessoal e pela continuidade realizadora da sua gestão como Secretário do Oeste.

Folha D' oeste, 07.12.1966

Na figura acima, o jornal trata a secretaria como agente de transformação de uma região antes esquecida, e na foto o considerado responsável por essa gestão de sucesso. Essa narrativa está presente em todo o ano de 1966 analisado.

A imagem atribuída à Bertaso é sempre positiva. Em quase todos os acontecimentos, inauguração de obra, jantares, as ações de Bertaso são retratadas pelo Jornal. Exemplo disso foi quando o jornal divulgou o planejamento da secretaria para o ano de 1967. Ao final da reportagem afirmam que Bertaso se propõe a “REDENÇÃO TOTAL DO OESTE CATARINENSE³⁷”.

Além disso, a secretaria do Oeste possuía coluna própria dentro do jornal, intitulada “Notícias da Secretaria dos negócios do Oeste”.

³⁷ Folha D' oeste, 10.08.1966



Folha D' oeste, 29.01.1966

Frequentemente, ao abordar questões de ordem político-partidária, o jornal assumia um discurso moral contrário aos políticos, identificados como desinteressados nos problemas do povo. Entretanto, o jornal dava espaço e publicidade positiva para os políticos da região, seja eles da Aliança Renovadora Nacional (ARENA)³⁸ ou do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apesar dos emedebistas terem espaço menor que os políticos vinculados à ARENA. Apesar do veículo se apresentar como “imparcial na Informação” e Independente na opinião - como está escrito na capa de todas as edições - na edição de 12 de outubro, próximo das eleições, o jornal fez defesa do governo federal e da ARENA, afirmando que os problemas que o país enfrentava eram anteriores aquele governo, e criticou a oposição que - segundo o jornal - não teria solução para os problemas que criticavam. Em outra coluna, o jornal afirmou que aqueles que desejam votar na oposição, devem pensar duas vezes antes de dizer “não a ARENA”, pois o governo estadual necessitava de maioria na câmara para governar, e reforçou o argumento anterior de que os problemas apresentados no país eram antigos. Mais explícito ainda foi a propaganda para Celso Ramos, que foi candidato a deputado federal. Estampada na primeira página do jornal, abaixo a foto do então ex-governador dizia: “[...] Sua obra em cinco anos de administração ultrapassou as fronteiras do Estado fazendo-o credor do voto do povo catarinense. Na Cédula única, marque X no 3º quadrinho”.

³⁸ Na sequência explicarei com mais detalhes a reforma partidária. A ARENA reunia principalmente políticos que eram do PSD e da UDN, enquanto o MDB reunia principalmente os ex-petebistas.



Folha D' oeste, 12.11.1966

O jornal Folha D' oeste tinha em seu editor uma pessoa ligada ao PSD, à Secretaria do Oeste e próximo à Serafim Bertaso. Apesar de ter se autointitulado como um veículo imparcial, e de mesmo defender políticos locais ligados ao MDB, sua linha narrativa dava grande publicidade aos feitos de políticos da ARENA, principalmente aqueles que eram do ex-PSD, ligados a ala de Celso Ramos.

O Golpe civil-militar³⁹

Após o fracasso do Plano Trienal, João Goulart começava a entrar em um processo de isolamento político. Seu estilo político – assim como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – era o

³⁹ Utilizo o termo “civil-militar” por entender que setores da sociedade civil apoiaram o golpe de 1964 e o regime subsequente. Para análise do golpe, ver Ferreira e Gomes (2014); para as relações entre o regime e os políticos, ver Grinberg (2009); para a construção da memória após a redemocratização, que “isolou” os militares na construção do golpe e do regime, ver Napolitano (2014).

da negociação política. No entanto, essa estratégia foi minada pela radicalização de grupos da esquerda e da direita (FERREIRA, 2008).

As esquerdas mais radicalizadas no momento eram compostas por setores heterogêneos: a União Nacional dos Estudantes (UNE); suboficiais das três armas, com destaque para os sargentos; trabalhadores rurais, agrupados nas Ligas Camponesas⁴⁰; trabalhadores urbanos, principalmente funcionários públicos; movimento sindical em volta da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores); parlamentares, através de um grupo autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista. A liderança desse grupo ficou com Leonel Brizola, que ganhou força na esquerda através da defesa de João Goulart no episódio da renúncia de Jânio Quadros (FERREIRA, 2008).

Nos grupos da direita, estavam militares radicais, setores reacionários tradicionais, grupos empresariais ligados a institutos como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)⁴¹, além de setores da classe média (FERREIRA, 2008).

O projeto de governo de João Goulart se constituía nas reformas de base, um conjunto de reformas que visavam alterar as estruturas econômicas e sociais brasileiras, como a reforma agrária, bancária, eleitoral, urbana e universitária (REIS FILHO, 2014). Essas reformas necessitariam de muita negociação com o congresso, pois este era na sua maioria formado por políticos conservadores. No entanto, em um cenário de radicalização as negociações se tornavam difíceis. As esquerdas radicais insistiam que Goulart não negociasse com o congresso, e a direita acusava Goulart de comunista (FERREIRA, 2008).

Com o isolamento do presidente e a impossibilidade de negociar com o congresso, ao fim de 1963, Goulart decide se aproximar das esquerdas, utilizando como estratégia fazer uma série de comícios pelo país a fim de pressionar o congresso a aprovar as reformas. As radicalizações aumentaram de intensidade nos primeiros meses de 1964. A aproximação do presidente com as esquerdas fez com que o centro político (representado principalmente pelo PSD), largas parcelas da classe média e dos militares moderados se aproximassem dos radicais, seduzidos pela histeria anticomunista propagada pela imprensa (FERREIRA, 2008).

Em março chegou o desfecho desse processo. No dia 13 de março foi organizado um comício pelo presidente João Goulart e pelas esquerdas no centro do Rio de Janeiro, o qual contou com a presença de cerca de 300 mil pessoas. Poucos dias depois a resposta veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, com 500 mil pessoas. Nos dias seguintes a crise

⁴⁰ Movimento social rural com força principalmente no Nordeste brasileiro.

⁴¹ Esses grupos divulgavam material anticomunista e anti-Goulart, além de financiarem candidaturas de políticos conservadores.

piorou, culminando no dia 31 de março, quando o golpe foi desencadeado a partir de Minas Gerais e ganhou adesões pelo País, sendo concretizado somente no dia seguinte (FERREIRA, 2008).

Em Santa Catarina, as redes político-empresariais criaram – por meio da imprensa – um discurso em que se misturavam elementos liberais, cristãos e conservadores, que se colocam em um contexto de guerra fria e polarização contra João Goulart - como protagonistas de uma luta contra a suposta implantação de um regime totalitário no Brasil que ameaçaria os valores de uma “sociedade ocidental cristã” (MAY, 1998). Logo após o golpe, Celso Ramos demonstraria apoio ao movimento através de uma nota no jornal O Estado, de Florianópolis (LOHN, 2014).

Em Chapecó, o golpe foi tratado pela câmara dos vereadores naquele mesmo dia primeiro, às 20h, através de uma sessão extraordinária para se debater a nova situação política. As reuniões extraordinárias não eram frequentes, sendo que a estrutura básica de reuniões era: quatro sessões por ano, em um intervalo de aproximadamente dois ou três meses, nas quais faziam aproximadamente oito dias de reuniões. Depois da sessão do dia 8 de fevereiro, a câmara só voltaria a se reunir em maio. Nas atas encontra-se um resumo do que aconteceu naquela reunião.

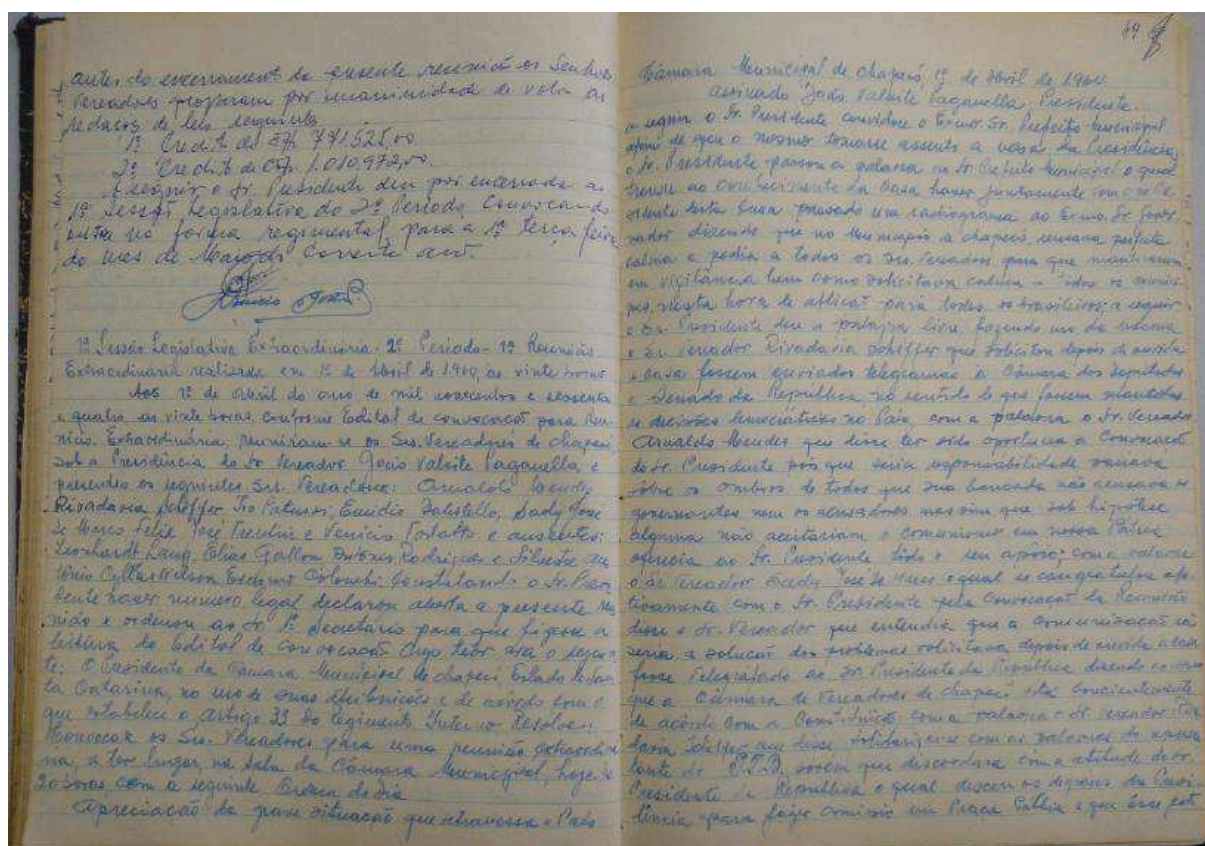
O primeiro a pedir a palavra foi o prefeito João Destri, que pertencia ao mesmo partido de João Goulart. Destri anuncia aos vereadores que junto com o presidente da câmara, o pessedista João Valvite Paganella, enviou um radiograma ao governador informando que no município de Chapecó reinava “perfeita calma” e pedia aos vereadores para que se mantivessem em vigilância, bem como “solicitava calma a todos os municípios, nesta hora de aflição para todos os brasileiros”. Em seguida o udenista Rivadavia Scheffer pediu para que fosse enviada uma carta à câmara dos deputados e ao senado, pedindo que se mantenham as “decisões democráticas no País”. Arnaldo Mendes, do PSD, afirmou que sua bancada “não acusava os governantes nem os acusadores, mas sim que sob hipótese alguma não aceitariam o comunismo em nossa pátria”. Sadi de Marco, que seria eleito prefeito no ano seguinte, afirmou que concordava que a comunização não seria a solução para o Brasil, e que a casa enviasse um telegrama para o presidente da república para informar que a câmara de vereadores de Chapecó está “de acordo com a constituição”. Em seguida Rivadavia retomou a palavra para rebater Sadi, e afirmou que discordava do presidente Goulart, pois este “desceu os degraus da presidência para fazer comício em praça pública”, atitude que não “representava a democracia brasileira”. O presidente da câmara finalizou a reunião, e pediu para que os vereadores se mantivessem alertas, e tinha convicção de que o legislativo chapecoense estava unido em torno de uma “Pátria unida e comum⁴²”.

Com a ata da sessão daquele dia podemos fazer algumas inferências sobre os ecos do golpe na cidade. Percebe-se o medo que alguns vereadores tinham do comunismo, e como o presidente

⁴² Ata da câmara dos vereadores de Chapecó, 01.04.1964.

Goulart estava a ele associado. A tensão com que estavam os vereadores também é perceptível, devido a imprevisibilidade do momento. Também é possível notar uma fala em defesa de Jango por parte de Sadi de Marco. Sua posição crítica em relação ao golpe vai perdurar e foi um dos motivos de sua cassação em 1969⁴³.

O golpe civil-militar mudou drasticamente os rumos econômicos, sociais e políticos do País. Em Santa Catarina as redes político-empresariais foram fortalecidas e sua influência na administração pública aumentou. Entretanto, a dinâmica político-partidária se alterou profundamente com as novas regras políticas que entrariam em vigor a partir de 1965 e 1966.



Ata da câmara dos vereadores de Chapecó, 01.04.1964

O conjunto de forças que derrubou João Goulart era heterogêneo, reunindo desde conspiradores convictos até aderentes de última hora. Quando o grupo conquistou seu objetivo essa heterogeneidade seria uma dificuldade para firmar as bases do novo regime. Havia aqueles que apostaram em um golpe cirúrgico, o qual tiraria João Goulart e seus aliados do poder e depois os militares voltariam aos quartéis. Faziam parte dessa espécie de corrente liberal-conservadora: lideranças civis, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, além de setores da UDN; a grande

⁴³ Infelizmente, não foi possível obter maiores apontamentos sobre o posicionamento dos políticos chapecoenses sobre o golpe. Nas atas os maiores temas debatidos são relativos à administração municipal, e o jornal Folha D' oeste só chegou a Chapecó no ano seguinte.

imprensa e alguns setores da sociedade, principalmente da classe média; setores ligados ao Estado, os quais não eram contrários à política do governo derrotado (até porque do Estado que vinha seu prestígio), mas que desejavam repressão aos comunistas e trabalhistas (REIS FILHO, 2014)

A tese do golpe cirúrgico não era compartilhada por todos. Existiam aqueles que acreditavam que, para eliminar de vez o sistema antigo – associado à Vargas e a ameaça esquerdista – levaria tempo. Esses setores eram compostos por militares que assumiram a condução de vários Inquéritos Policiais Militares (IPM's), e devido ao recurso à violência, ficaram conhecidos como a linha dura do regime. Somavam-se à linha dura um grupo que acreditava que o modelo econômico vigente era ultrapassado, e que deveria ser substituído por um que adotasse medidas liberalizantes, ou seja, um Estado menos intervencionista. Esse grupo reunia militares em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e da Escola Superior de Guerra (REIS FILHO, 2014).

Apesar das diferenças, o elemento comum ao grupo foi a convicção de que agiram em prol da democracia, pois acreditavam – e a propaganda anticomunista fez seu papel – que João Goulart, juntamente com a esquerda se preparava para tomar o poder. Naqueles dias após o golpe, não se sabia os rumos que o regime iria tomar. Ele se manteria fiel à “democracia” que defendia⁴⁴, ou iria ceder à pressão dos militares radicais?

Na disputa interna que ocorreu após o golpe, um grupo tomou a dianteira. Formado pelos três chefes militares, editaram o primeiro Ato Institucional⁴⁵, que começou a modelar o regime. Neste documento o golpe se transformou em “revolução”⁴⁶, que legitimaria os outros poderes, inclusive a constituição (REIS FILHO, 2014). Isso quer dizer, na prática, que não havia mais a separação entre executivo, legislativo e judiciário, pois o executivo tinha predominância sob os outros dois poderes, que seria exercido pelos chefes militares que assinaram o ato, os quais se intitularam de “Comando Supremo da Revolução”.

Esse Ato Institucional⁴⁷ modificou totalmente a ordem institucional estabelecida na constituição de 1946 (NICOLAU, 2012). O poder ficou centralizado nas mãos do executivo, que teria 48 horas um novo presidente eleito pelo congresso nacional, até o próximo ser eleito para governar no início de 1966. Com essa atitude a cúpula militar sinalizava positivamente para aqueles que desejavam apenas um golpe cirúrgico, o qual o país voltaria para a normalidade em breve. O presidente eleito indiretamente deveria representar os diferentes grupos que compunham o

⁴⁴ Sob o ponto de vista dos apoiadores do golpe.

⁴⁵ Os Atos Institucionais (cinco no total) foram decretos-lei editados pelos comandantes militares. Estes decretos estavam acima de todas as outras leis brasileiras, inclusive a constituição.

⁴⁶ Revolução sob o ponto de vista deles, pois acreditavam que estariam mudando radicalmente um governo - considerado por eles - corrupto e propenso ao comunismo.

⁴⁷ Futuramente foram editados novos Atos Institucionais, ficando esse conhecido como Ato Institucional nº 1, ou simplesmente AI-1.

movimento, sendo escolhido o General Castelo Branco, antigo chefe do Estado-maior de Goulart - porém conhecido anticomunista – e respeitado pelos colegas militares. Também tinha relação com empresários e políticos (REIS FILHO, 2014).

Um ponto importante do ato era a prerrogativa do executivo em cassar direitos políticos. Esse tema gerou intensos debates entre os deputados e senadores. Muitos udenistas queriam fazer uma grande limpeza, exigindo a cassação daqueles que representariam o regime de Goulart. No entanto, muitos parlamentares, inclusive udenistas (os quais foram os políticos mais próximos dos militares) -, dirigiram críticas a essas medidas, enxergando nelas um poder exagerado do executivo. Havia muitas dúvidas sobre o processo: os atingidos não sabiam se a suspensão de seus direitos seria automática e pensavam em recorrer; os críticos indagavam a falta de provas. Essas dúvidas mostram que os políticos ainda não pensavam em termos de um Estado de Direito, ideia que seria perdida ao longo do enraizamento das bases autoritárias do regime (GRINBERG, 2009).

Em julho de 1964 o mandato de Castelo Branco foi prorrogado em uma votação que revela parte das relações entre o governo e o poder legislativo. O governo sabia que precisava do congresso, por isso pretendia negociar com os políticos para consolidar uma forte base parlamentar com os diversos partidos (exceto o PTB). O principal articulador do governo foi o Senador udenista Daniel Krieger. Em tese o executivo de um regime que se pretendia curto receberia desconfiança de sua base parlamentar com essa medida, porém visando a eleição presidencial de 1965 os partidos tinham interesse na prorrogação do mandato. Líderes da UDN receavam que Carlos Lacerda, pertencente a ala radical do partido, fosse eleito. No PSD, Juscelino Kubitschek teve seus direitos cassados, o que impossibilitaria o partido de se preparar a tempo (GRINBERG, 2009). Foi sob Castelo Branco que o governo criou as novas regras do sistema representativo (NICOLAU, 2012).⁴⁸

Novo sistema partidário

O novo regime alterou radicalmente a vida político partidária do país, com a reformulação dos partidos existentes em apenas dois partidos. Poucos meses após o golpe, circularam boatos sobre a extinção dos partidos, mas foi somente em julho do ano seguinte, em 1965, quando os militares já estavam há algum tempo a frente do executivo, que ensaiaram uma mudança com a edição da nova Lei Orgânica dos partidos. Essa mudança, porém, não criou o bipartidarismo, visava apenas diminuir o número dos partidos (GRINBERG, 2009).

⁴⁸ Foi deputado estadual no Rio Grande do sul e senador pela UDN. Krieger foi o principal articulador entre governo e parlamentares no governo Castelo Branco. Retirado de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/krieger-daniel> acessado no dia 16/06/2016 às 18:27h.

As eleições de 1965 surpreenderam o governo. A UDN perdeu para governador em nove dos onze Estados em que houve eleições, sendo que em Minas Gerais e na Guanabara perderam para candidatos articulados pela aliança PSD/PTB. Setores militares radicais interpretaram essa derrota como o retorno de seus inimigos e uma verdadeira ameaça para os objetivos da “revolução”. Esses setores pressionaram o governo e conseguiram a extinção dos partidos (MOTTA, 2009). Como se imaginavam como “revolucionários”, era preciso cortar as raízes do varguismo, ou seja, os partidos que tinham grande identificação popular.

Entre os udenistas havia outra interpretação sobre a extinção partidária. Para eles, as derrotas foram a continuação do quadro eleitoral anterior, no qual a aliança PSD/PTB era praticamente imbatível. Diagnosticavam que se esses partidos continuassem na ativa, ganhariam sempre (GRINBERG, 2009).

A suspensão dos partidos não foi um processo tranquilo. Apesar do governo ter em seu leque de ações medidas autoritárias e ditatoriais, sentia a necessidade de negociar com o congresso pois precisavam de apoio parlamentar para governar. Muitos udenistas não concordavam com o rumo autoritário que o regime vinha tomando, fazendo o governo substituir o ministro da justiça e contar com o apoio do senador Krieger para editar o Ato Institucional nº2 (GRINBERG, 2009). Esse ato institucional reinstaurou o estado de exceção, que dentre as medidas, extinguiu os partidos e estabeleceu eleições indiretas para presidente e governador (REIS FILHO, 2014). Em Santa Catarina, foi o sucessor de Celso Ramos que estava no governo no momento em que foram estabelecidas as novas regras político-partidárias.

Ivo Silveira

O sucessor de Celso Ramos no governo de Santa Catarina foi seu companheiro de partido, Ivo Silveira⁴⁹, eleito para o período de 1966-1971. Para o jornal Folha D’oeste, “A gloriosa obra de Celso Ramos tem no sucessor todas as garantias de continuidade e aprimoramento⁵⁰”.

O jornal desejou que Ivo Silveira continuasse o que Celso Ramos havia feito no governo estadual. Para o Oeste, o desejo era de que Serafim Bertaso continuasse à frente da Secretaria do Oeste. No dia da posse de Silveira, este confirmou Bertaso na pasta, “arrancando aplausos generalizados de todo o Oeste”, e mostrou que o governador estava disposto a prosseguir com Serafim a “marcha redentora do oeste catarinense⁵¹”.

⁴⁹ Natural de Palhoça (SC), Silveira foi um dos fundadores do PSD catarinense. Foi prefeito de Palhoça e deputado estadual, sendo líder do governo durante o mandato de seu antecessor, Celso Ramos. Retirado de <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silveira-ivo-da>. Acesso no dia 16/06/2016 às 19:04h.

⁵⁰ Folha D’oeste, 29.01.1966.

⁵¹ Folha D’oeste, 09.02.1966.



Governador Ivo Silveira. Folha D'oeste, 29.01.1966

Para o jornal, Ivo Silveira seria um bom governante se mantivesse o mesmo estilo de governo de Celso Ramos, principalmente se deixasse Bertaso novamente na Secretaria do Oeste. Em linhas gerais, Ivo manteve as redes político-empresariais no poder, e o Estado continuou a orientar a economia através da manutenção do PLAMEG. Foi durante seu governo que o sistema político partidário foi alterado no país.

O Bipartidarismo

As novas regras para fundação dos partidos foram criadas através de um Ato Complementar⁵² (o AC-4) em novembro de 1965, o qual os partidos deveriam ser estruturados por membros do congresso nacional, com adesão de no mínimo 120 deputados e 20 senadores, os quais deveriam ser inscritos até 15 de março de 1966. Esse número mínimo de parlamentares instituía, na prática, o bipartidarismo (NICOLAU, 2012).

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi formada por aqueles que defendiam o governo instituído em 1964 e seus ideais, agregando principalmente políticos da UDN e do PSD. Na oposição ficaram membros do PTB que não tiveram seus direitos políticos cassados e uma

⁵² Assim como os Atos Institucionais, os Atos Complementares também funcionavam como decretos e eram baixados pelo presidente da república.

minoria do PSD, os quais formaram o MDB, ou Movimento Democrático Brasileiro. (GRINBERG, 2009).

No entanto, a institucionalização do bipartidarismo não foi um processo tranquilo. Muitos políticos tinham apreço pelas legendas de suas agremiações, as quais se comunicavam com seus eleitores desde 1945. A identidade e o capital político dos partidos era uma preocupação desses parlamentares (GRINBERG, 2009).

No entanto, havia muitas dúvidas sobre esse sistema. Havia dúvidas mesmo se o sistema bipartidário iria continuar após as eleições, pois os partidos acreditaram que poderia surgir uma terceira força, “congregando os políticos que ficarão inativos diante dos atuais partidos⁵³”.

Os partidos foram organizados primeiro em nível nacional, depois nos Estados, e após isso os diretórios municipais seriam organizados.



Folha D' oeste, 06.04.1966

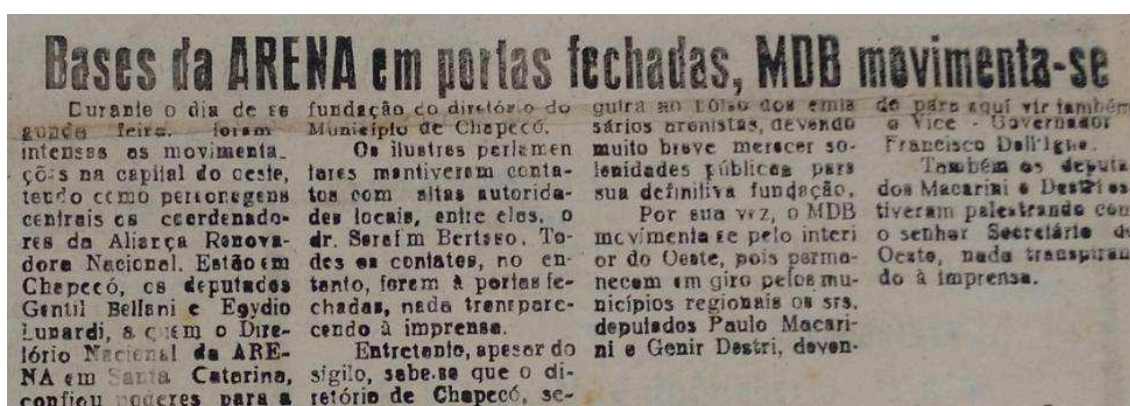
Logo após a organização dos partidos nacionalmente, as agremiações foram organizadas no Estado. No final de março a imprensa chapecoense já noticiava a organização dos partidos. Em entrevista ao jornal, o deputado oestino Genir Destri⁵⁴ afirmou que o MDB já estava se organizando na capital, já contando com 40 nomes, e que em breve visitaria os municípios para instalação dos diretórios municipais. Destri também informou que o partido seguirá atuando como oposição ao

⁵³ Folha D' oeste, 06.04.1966.

⁵⁴ O ex-petebista Genir era também filho do ex-prefeito de Chapecó, João Destri.

governo federal, visando o “restabelecimento do regime democrático”, a “intocabilidade dos direitos universais do homem” e atuando contra a política econômica do governo federal. Na mesma edição, o jornal afirmou que a ARENA acabava de se organizar, e que era a “simples fusão de PSD e UDN, com a participação de alguns pessepistas e perrepistas⁵⁵”. A agremiação também se preparava para organizar diretórios no interior.

No interior do Estado, a organização dos partidos dependia da visita das lideranças estaduais. Dessa forma, os deputados estaduais Gentil Bellani⁵⁶ e Egídio Lunardi⁵⁷ chegaram em Chapecó, em junho para organizar a ARENA. Na ocasião se reuniram com autoridades locais, dentre elas, Serafim Bertaso. O MDB também se organizava na cidade com a visita do ex-petebista Paulo Macarini⁵⁸ e Genir Destri.



Folha D'oeste, 22.06.1966

Já em Abril, Folha D'oeste noticiou que no oeste, “berço das maiores tradições partidárias” seria difícil a formação da ARENA, pois os ex-pessedistas “julgam inadmissível militarem conjuntamente com os ex-udenistas numa mesma agremiação partidária⁵⁹”. De fato, a união não parece ter sido simples em todo o Estado. Analisando as atas das sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, percebo que a questão da união de antigos inimigos políticos é tema de muitas discussões, com alguns deputados invocando a artificialidade da aliança. É o caso da sessão do dia 15 de março, na qual o deputado estadual Ademar Ghisi⁶⁰ afirma que a “pacificação” do cenário político estadual, com a união do ex-PSD com ex-UDN será boa para o progresso do Estado. Já seu antigo colega de partido, Walter Zigelli⁶¹, discordava de sua opinião, pois para ele se

⁵⁵ Folha D'oeste, 23.03.1966.

⁵⁶ Bellani era deputado estadual pelo oeste e já tinha sido candidato a vereador por Chapecó.

⁵⁷ Deputado estadual pelo oeste.

⁵⁸ Era um dos líderes do PTB catarinense e próximo de Doutel de Andrade.

⁵⁹ Folha D'oeste, 06.04.1966.

⁶⁰ Ex-udenista e iria ingressar na ARENA.

⁶¹ Ex-udenista e até o momento não tinha escolhido partido.

unir com “aqueles que apontávamos como responsáveis por vários crimes cometidos contra nosso Estado” era uma união forçada⁶².

que fez o nobre deputado Adhemar Ghisi, que a união que se realizou em Santa Catarina e uma união forçada, é uma união imposta, é uma união ditada pelas conveniências políticas, de homens investidos de mandatos eletivos, em Santa Catarina. Não é uma união espontânea, voltada para os altos interesses de nosso Estado mas sim, fruto de um “casamento na polícia”, para usar dos termos do Deputado Adhemar Ghisi.

Sr. Presidente, a quem como nós que assinamos e endereçamos às mais altas autoridades da República, memorial muito bem documentado a respeito de atos e fatos ocorridos no Governo do Sr. Celso Ramos, a respeito da atitude que entendíamos criminoso, do Sr. Celso Ramos, é muito difícil, entendia eu, nos unirmos assim tão sem cerimônia àqueles que apontávamos como responsáveis por vários crimes cometidos contra nosso Estado.

É necessário que nesta Assembléia, que pretende ser a Casa de ressonância do povo deste Estado, se fixem certos aspectos para que não sejamos responsabilizados por omissões.

Entendia eu — que nós que endereçamos às mais sérias acusações contra o atual Governante de Santa Catarina, muitos de nós que apresentamos à Justiça de nossa terra memorial reivindicando a anulação do pleito eleitoral em Santa Catarina, por “corrupção eleitoral”, entendia eu — que devíamos meditar duas vezes antes de celebrar uma união forçada, imposta pelas atuais circunstâncias de Santa Catarina.

Vem hoje nesta tribuna o Deputado Adhemar Ghisi pretendendo convencer a Assembléia de que é uma união ditada pelos altos interesses deste Estado.

A ARENA, disse ontem o jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO”, é um amálgama gangrenado de marginais; o MDB, um amontoado de políticos recolhidos aqui e ali.”

Tenhamos a coragem de confessar, de reconhecer a

de minha terra”. Pouco me importam as minhas conveniências de ordem eleitoral, de ordem financeira ou de quaisquer outras conveniências que não de ter ditado o comportamento de muitos políticos nesta hora grave da Pátria brasileira.

O Sr. Adhemar Ghisi (com aparte). Desejo transmitir a V. Exa. as minhas homenagens pela maneira como V. Exa. vem divergir daquilo que eu falei ainda há pouco, procurando caracterizar a união dos antigos partidos políticos: UDN e PSD, como uma união legítima, visando os superiores interesses de Santa Catarina. A divergência que V. Exa. apresenta, neste momento, tem um reflexo do regime democrático. Talvez, nobre Deputado, V. Exa. ao dizer o que está dizendo, não tenha só a intenção de ferir a sensibilidade nem a honra do seu colega. Mas fique sabendo V. Exa., para governo de V. Exa. que o Deputado que ocupou a tribuna ainda há pouco, jamais se valeu de quaisquer prerrogativas políticas para ganhar favores de qualquer ordem, para si ou para elenitos de sua família. E se hoje ele está integrado dentro da ARENA, é por força do Ato Institucional n.º 2, contra o qual V. Exa. não se insurgiu até hoje, e que, por circunstâncias políticas, obriga o Deputado a se filiar a um partido para bem representar o seu povo, a sua região, neste Legislativo.

Mas, nós voltaremos, nobre Deputado, para demonstrar que aqueles que não vierem para a ARENA nem para o MDB, não são as criaturas imaculadas como pretendem se apresentar à consideração do povo de Santa Catarina e do povo do Brasil.

O Sr. WALTER ZIGELI — Agradeço o aparte de V. Exa. Teço considerações panorâmicas a respeito da hora política nacional. Se eu tivesse ingressado na ARENA, também estaria aqui a tecer estas considerações, porque isso é público e notório, e é necessário que tenhamos a coragem de dizer aqui aquilo que todos nós sentimos e pen-

Ata da ALESC, 15.03.1966

Apesar dos problemas na formação da ARENA, as redes político-empresariais do antigo PSD e UDN tinham interesses em comum, além disso, o MDB havia firmado um acordo com o PSD nas eleições de 1965, com Francisco Dall’Igna ocupando o cargo de vice-governador na chapa de Ivo Silveira. Dessa forma, houve certa “pacificação” das elites catarinenses, que tinham muito a ganhar com os planos de governo desenvolvimentistas do Estado.

Em Chapecó, houve uma reconfiguração de forças na política municipal com o bipartidarismo. Assim como no cenário federal e estadual, na cidade a maioria dos possedistas e udenistas foram para a ARENA, enquanto os petebistas foram para o MDB (SILVA, 2014).

A aliança entre o PSD e o PTB tinha o executivo municipal e a maioria na câmara legislativa desde 1955, quando foram eleitos Plínio de Nês (PSD), João Destri e Sadi de Marco, do PTB. Com a reforma partidária o ex-PTB — com a mudança se transforma em MDB — passou a contar com minoria na câmara legislativa.

O prefeito à época, Sadi de Marco, preferiu não se inscrever em nenhum dos partidos, porém demonstrava proximidade com o MDB. Apesar de estarem em lados opostos, tanto emedebistas e arenistas estavam envolvidos no “desenvolvimento” de Chapecó. Apesar dessa união em torno do

⁶² Ata da Sessão da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 15.03.1966.

“progresso” da cidade, houve alguns conflitos entre alguns vereadores e Sadi, o que pode ter sido um dos fatores para que o ex-prefeito fosse cassado em 1969 ⁶³(SILVA, 2014).

Chapecó e Oeste em 1966

No dia 11 de maio, Folha D’oeste publicou uma história – aparentemente uma invenção – de autoria de Cidnei Viana, em que seu Tio, que seria um andarilho, chegou na região após 10 anos de suas andanças. Seu sobrinho lhe ofereceu um passeio pela cidade ⁶⁴ e o tio ficou surpreso com as mudanças que ocorreram na mesma, ao que o sobrinho responde: “Isto chama-se desenvolvimento, digo progresso ⁶⁵”.

Dois meses mais tarde, a questão do “progresso” da região estava novamente presente através da coluna “Folhas ao Vento”, que sempre trazia uma “crônica da cidade”, que falava sobre Chapecó. Nela, o colunista Ivanor Vanzin afirmou que “Ontem nem sonhava se, no que hoje se vê. O que se nota a olhos vistos é o trânsito, enorme, de carros e pedestres que aumenta aos poucos na capital do Oeste”. Para o colunista, Chapecó estava passando da cidade em que todo mundo se conhece para aquela em que “Ninguém sabe que é quem e quem quer o que ⁶⁶”.

Além dessas passagens, todo o ano de 1966 foi acompanhado pelo jornal Folha D’oeste através de uma narrativa associada ao progresso. Esse progresso estava ligado às obras de infraestrutura (principalmente rede elétrica e rodovias) realizadas pela região através da Secretaria do Oeste, bem como pelas obras ligadas a iluminação pública, calçamento, novas escolas, correios, bombeiros, etc. Dessa forma a narrativa dos acontecimentos da região reunia a celebração desse progresso que já estava acontecendo, com a expectativa de que a região “progredisse” mais.

Infraestrutura

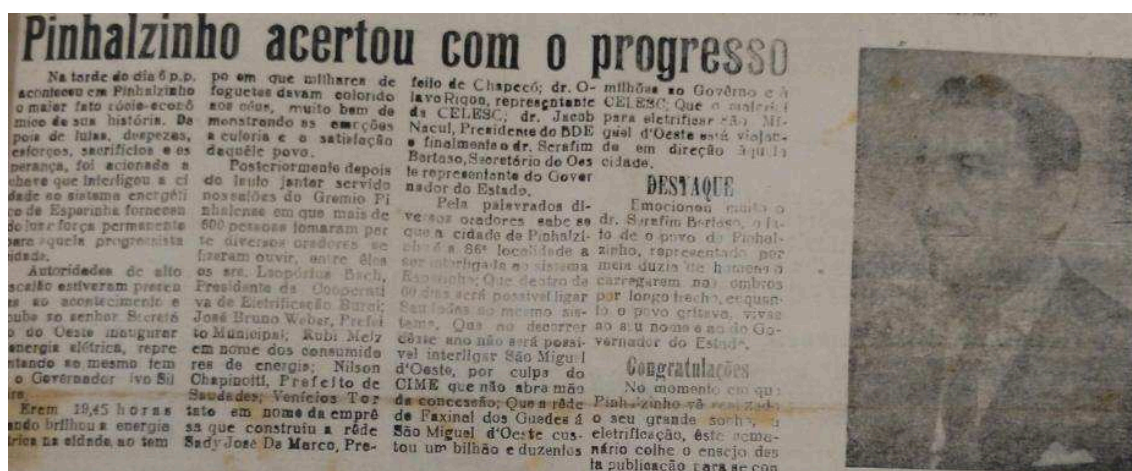
Identificado como um dos problemas de Santa Catarina no Seminário Sócio Econômico de 1959, em 1966 a eletricidade começou a chegar nas cidades do oeste de Santa Catarina, e foi um dos assuntos mais tratados pelo jornal chapecoense.

⁶³Na prática, Sadi de Marco foi cassado pelo governo federal através do AI-5, considerado subversivo. Porém há suspeitas de que seus inimigos da cidade enviavam fitas com seus discursos gravados e enviavam para Brasília. Nesses discursos Sadi fazia duras críticas ao governo federal. Como não havia o cargo de vice-prefeito na época, o cargo ficou provisoriamente ocupado pelo vice-presidente da câmara de vereadores, Waldomiro dos Santos, e depois passou para o presidente da casa, Rodolfo Hirsh, que se encontrava em São Paulo no momento da cassação. Em 1969 houve eleições no município, nas quais João Destri (MDB) foi eleito (SILVA, 2014).

⁶⁴ Não foi mencionada a cidade em que se passa a história.

⁶⁵ Folha D’oeste, 11.05.1966.

⁶⁶ Folha D’oeste, 20.07.1966.



Folha D' oeste, 11.05.1966

No dia 6 de maio aconteceu em Pinhalzinho “o maior fato sócio-econômico de sua história”, pois a cidade recebia luz permanente através da ligação com a rede elétrica. Os créditos ficaram para a administração estadual, com destaque para Serafim Bertaso, que teria sido carregado nos ombros de meia dúzia de homens “enquanto o povo gritava vivas ao seu nome e ao do governador Ivo Silveira”.

Em julho, enquanto os município de Saudades e Modelo, além do distrito de Itaberaba⁶⁷ se preparavam para receber a eletricidade, foi a vez do município de Caibí ser conectado à rede elétrica. Na ocasião, Homero Franco estava presente como representante de Serafim Bertaso, e no seu discurso afirmou que o povo confiava no governo, e isso só foi possível após a instalação da Secretaria do Oeste⁶⁸.



Folha D' oeste, 10.08.1966

A foto acima foi publicada no jornal em 10 de agosto, quando o município de Coronel Freitas teve a inauguração da rede elétrica noticiada. Na foto, da esquerda para a direita, temos o deputado federal pelo oeste, Lenoir Vargas, o governador do Estado Ivo Silveira e o secretário do

⁶⁷ Atualmente município de Nova Itaberaba.

⁶⁸ Folha D' oeste, 02.07.1966.

oeste, Serafim Bertaso. Os últimos representavam os responsáveis – segundo o jornal – pelo “progresso” do oeste⁶⁹.

Na edição do dia 10 de setembro, o periódico detalha as cidades que já haviam recebido eletricidade, considerada “fator básico para o progresso”: Caxambú, Chapecó, Itaberaba, Coronel Freitas, Quilombo, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Águas de Chapecó, Caibí, Faxinal dos Guedes, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho. Os demais municípios deveriam receber eletricidade em um ano. O jornal corroborou sua narrativa de um antes e um depois da implantação da secretaria no Estado, quando afirmou que “Vivia o Oeste catarinense sem energia elétrica, sem estradas, sem escolas, sem assistência hospitalar, sem comunicações⁷⁰ ...”.

A eletrificação do Oeste se deu através da fundação de cooperativas de eletrificação rural. Em julho, por exemplo, a secretaria do Oeste – “maior interessada pela distribuição de energia elétrica, porque isso representa o progresso”, fundou cinco cooperativas na região⁷¹. Havia também a colaboração do governo federal e a atuação de outros órgãos que detinham a concessão em alguns municípios, como o CIME (Consórcio Municipal de Eletricidade).

A expansão da rede elétrica foi tratada como um dos pilares para o “progresso” da região, mas também havia o setor de rodovias.

O setor rodoviário também recebeu grande parte dos investimentos da secretaria. Como já anteriormente citado, as estradas catarinenses eram consideradas um problema para a integração econômica do Estado. A atuação da secretaria se deu através da manutenção das estradas estaduais da região, além de fazer convênios com as prefeituras para manter algumas estradas municipais. Em setembro, a imprensa chapecoense fez um balanço sobre a atuação da secretaria nesse setor, afirmando que a autarquia realizava a manutenção de cerca de 750 km de estradas estaduais e quase 5.000 de estradas municipais, além de ter construído 400 pontes e 100 km de rodovias⁷².

A construção e manutenção de rodovias eram feitas através da compra de máquinas, as quais eram divididas pelos municípios da região. Em Julho Folha D’oeste anuncia o fim da “maior concorrência pública do oeste”, a compra de 50 máquinas, em tons dramáticos. O personagem principal dessa compra foi Serafim Bertaso. Tudo começou quando ele, “sensível aos problemas municipais, determinou a adoção de um plano de assistência rodoviária às comunas”. A importação

⁶⁹ Folha D’oeste, 10.08.1966.

⁷⁰ Folha D’oeste, 10.09.1966.

⁷¹ Folha D’oeste, 20.07.1966.

⁷² Folha D’oeste, 14.09.1966.

das máquinas custou dois bilhões de cruzeiros, e ocuparam algumas edições do periódico, que afirmou que a compra foi um “passo decisivo para a redenção total do oeste catarinense⁷³”.

Outras transformações

O setor de infraestrutura recebeu os maiores investimentos e passava por mudanças no Oeste do Estado. Mas para o jornal analisado, não era apenas esse setor que trazia o “progresso” à região. As cidades da região passaram por outras transformações. Diversas obras foram construídas, como por exemplo, cadeias públicas⁷⁴. Em Chapecó foi construído o quartel de bombeiros, localizado na avenida Getúlio Vargas e orçada em 30 milhões de cruzeiros⁷⁵. A secretaria do oeste também firmava convênio com a Companhia de Habitação de Santa Catarina (COHAB-SC) para a construção de 1000 casas, financiadas pelo Banco Nacional da Habitação. Em Abril foi noticiada também a construção de três agências dos correios na região, inclusive em Chapecó⁷⁶.

A cidade de Chapecó modernizava seu centro. A nova iluminação da Avenida Getúlio Vargas, uma das principais da cidade, e a “mais linda avenida de todo Estado⁷⁷” era noticiada pela Folha D’oeste. A obra foi inaugurada em novembro⁷⁸ e custeada pela secretaria do Oeste, no valor de 12 milhões de cruzeiros⁷⁹.

A Avenida General Osório, importante via da cidade, e que serviria de entrada e saída da cidade, ligando-a ao estado do Rio Grande do Sul, começava a ser terraplanada em abril pela prefeitura de Chapecó com ajuda das máquinas da secretaria do Oeste⁸⁰. Em junho foi noticiado a possibilidade da construção de um viaduto na mesma, na região de Passo dos Índios⁸¹.

O aeroporto de Chapecó passaria por uma ampliação, assim poderiam receber os voos “de aviões a jato, do tipo Dart Harold, da Sadia S/A, Transportes aéreos⁸²”. A Sadia, que operava o transporte aéreo da região, renovaria sua frota com a compra de aeronaves importadas da Inglaterra através do BNDE⁸³. Foi também estudada a possibilidade de São Miguel D’oeste receber a construção de um aeroporto⁸⁴.

⁷³ Folha D’oeste, 02.07.1966.

⁷⁴ Folha D’oeste, 23.04.1966.

⁷⁵ Folha D’oeste, 24.09.1966.

⁷⁶ Folha D’oeste, 23.04.1966.

⁷⁷ Folha D’oeste, 10.08.1966.

⁷⁸ Folha D’oeste, 12.11.1966.

⁷⁹ Folha D’oeste 10.08.1966.

⁸⁰ Folha D’oeste, 30.04.1966.

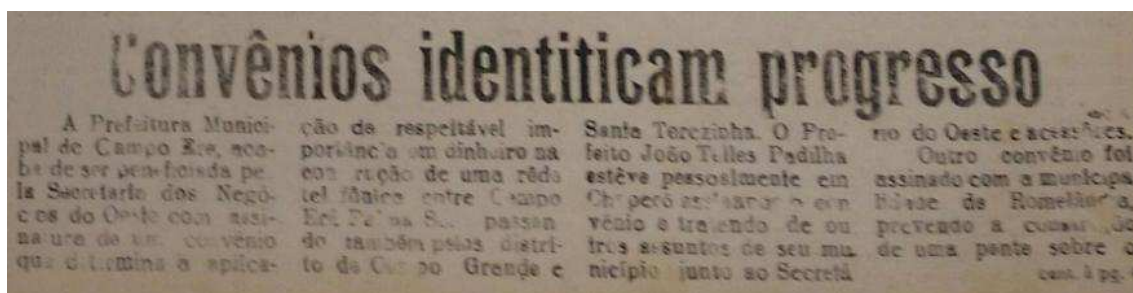
⁸¹ Folha D’oeste, 04.06.1966.

⁸² Folha D’oeste, 25.05.1966.

⁸³ Folha D’oeste, 20.07.1966.

⁸⁴ Folha D’oeste, 23.03.1966.

O setor de comunicações também teve uma grande mudança. Em abril Plínio de Nês declarou ao Folha D'oeste que um funcionário da Companhia Telefônica Catarinense chegaria na cidade para ligar Chapecó “ao restante do Brasil através do moderno sistema micro-ondas telefônicas”. O sistema permitiria uma ligação por minuto, e posteriormente a rede seria expandida para o interior do oeste, “resolvendo em definitivo o problema das comunicações que tanto aflinge a região⁸⁵”. Em Maio foi noticiada a conclusão da rede telefônica entre Pinhalzinho e Chapecó, abrigando as cidades de Xanxerê e Xaxim, porém ainda faltavam detalhes técnicos para que as redes se tornassem operacionais⁸⁶. A rede também seria estendida para Campo Erê e Maravilha⁸⁷.



Folha D'oeste, 25.05.1966

Além do telefone, foi veiculado, em julho, a possibilidade de Chapecó ser dotada de uma antena repetidora de televisão, através da iniciativa do Lions Clube da cidade⁸⁸. Não houve notícias posteriores se a implantação foi efetivada.



Folha D'oeste, 20.07.1966

Havia um grande desejo por parte do jornal de apresentar a região em transformação, o qual sua “capital”, Chapecó, teria ares de cidade moderna. Por conta das comemorações do cinquentenário da cidade, que seria no ano seguinte, em 1967, além da construção de um grande parque de exposições Agro Pecuário Industrial⁸⁹ – que nas palavras dos técnicos da secretaria do oeste, representaria impulso aos setores básicos da economia regional – haveria a filmagem de um

⁸⁵ Folha D'oeste, 23.04.1966.

⁸⁶ Folha D'oeste, 11.05.1966.

⁸⁷ Folha D'oeste, 25.05.1966.

⁸⁸ Folha D'oeste, 20.07.1966.

⁸⁹ O Parque deu origem à Exposição Feira Agropecuária e Industrial (EFAPI). A administração do prefeito Sadi De Marco se engajou na preparação dos festejos (SILVA, 2014). A feira acontece bianualmente na cidade.

documentário. Os colunistas da Folha D' oeste reclamaram das casas que estão sem pintura na Av. Getúlio Vargas, ou com o calçamento fora dos padrões⁹⁰. Anteriormente, na coluna “Folhas ao vento”, Ivanor Vanzin já havia criticado os terrenos baldios da avenida, mas fez um elogio aos prédios em construção⁹¹.

Os problemas da cidade também eram denunciados, apesar dos elogios terem sido mais frequentes. Em reportagem de Tercio Machado, que na verdade era correspondente carioca do jornal, o jornalista aponta alguns problemas da cidade, tais como: falta de transporte coletivo; falta de auxílio aos hospitais; problemas na água e Luz dos bairros Palmital e Santa Maria; cemitério abandonado⁹².

Apesar de Chapecó ainda ter ares de cidade interiorana, a qual alcançou em 1970 cerca de 60.000 habitantes, sendo que destas 60% viviam na zona rural e 40% na zona urbana (PAIM, 2003). Se compararmos esses números com a população em 1960, veremos que o número de habitantes não mudou. No entanto, naquele ano, a população urbana era de apenas 20% (HASS, 1993).

Apesar da grande publicidade positiva dada aos investimentos e obras que aconteciam no Oeste, a impressão que se tem é de que a região efetivamente passava por mudanças, principalmente na área da infraestrutura, mas as cidades também passavam por um processo de modernização. Chapecó, por ser a sede da secretaria do Oeste, era praticamente o centro administrativo da região, e lugar que recebeu muitos investimentos. O município passou por um processo de embelezamento de seu centro e recebeu diversas obras de infraestrutura. Além disso, era a primeira a receber as “novidades”, como por exemplo, o telefone. O jornal, como representante da secretaria do oeste, passava a ideia de Chapecó como cidade moderna e em transformação, construindo o município como “Capital do Oeste”.

⁹⁰ Folha D' oeste, 22.10.1966.

⁹¹ Folha D' oeste, 24.09.1966.

⁹² Folha D' oeste, 22.06.1966.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução política da região de Chapecó acompanhou a própria evolução urbana e de infraestrutura dessas cidades. Quando o país se redemocratizava, em 1945, a região estava passando por um processo de colonização, as empresas colonizadoras mantinham o domínio econômico e político do Oeste, através de sua representação política no Partido Social Democrático. Nesse cenário despontava a figura de Ernesto Bertaso como liderança, que era representado politicamente através de seu filho Serafim Enoss Bertaso. A partir da década de 1950, o município – apesar de manter suas feições basicamente rurais – viu um crescimento da indústria e do comércio, e conseqüentemente da área urbana. Os setores ligados a essas atividades passaram a disputar lugar na economia regional, bem como nos partidos políticos. A partir de 1955 a dinâmica partidária em Chapecó se ajustou com a política Estadual, na qual o PTB e o PSD formaram uma aliança que na cidade se mostrou imbatível.

No final da década de 1950, o Brasil teve no ideário desenvolvimentista e no planejamento econômico de Juscelino Kubitschek um modelo a ser seguido. Nesse sentido, a FIESC organizou um Seminário para descobrir os “entraves” da economia catarinense, os quais foram identificados principalmente por problemas de infraestrutura. O presidente da FIESC, Celso Ramos, utilizou o Seminário como plataforma de governo nas eleições de 1960 e conseguiu a vitória. A eleição de Celso Ramos significou a vitória de sua rede político-empresarial, no qual seus aliados de partido tiveram lugares privilegiados na administração pública catarinense.

Quando chegou ao governo de Estado, Celso Ramos colocou em prática o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), que consistia em fazer do Estado de Santa Catarina o principal coordenador econômico, investindo em obras públicas e incentivando o capital privado. Uma das metas do referido plano era a integração da região oeste, a qual levantava rumores de insatisfação e até mesmo de separação do Estado catarinense. A solução encontrada foi a criação da Secretaria do Oeste, uma autarquia com autonomia administrativa, que se tornou uma importante peça política da região, a qual atuou quase como um governo paralelo do Oeste. A frente dessa secretaria estava Serafim Bertaso, que à época estava perdendo espaço no PSD para Plínio de Nês.

No cenário econômico nacional, a partir de 1961 (com Jânio Quadros) o desenvolvimentismo cedeu lugar para uma política de controle de gastos públicos que perdurou até 1968. Já em Santa Catarina, a política iniciada por Celso Ramos teve continuidade em Ivo Silveira pela renovação do PLAMEG e da divisão do poder pelas redes político-empresariais. A partir da reforma partidária essas elites político-econômicas formaram a ARENA, e apesar dos conflitos que existiram entre ex-pessedistas e ex-udenistas, esses políticos tinham interesses em comum no plano

de governo catarinense. O MDB ainda estava ligado ao governo devido aos acordos firmados na eleição de 1965, quando o partido ainda era o PTB.

Na cidade de Chapecó, houve uma grande mudança no equilíbrio de forças na câmara legislativa. Antes do bipartidarismo, o PTB tinha o executivo através do prefeito Sadi de Marco, e contava com uma aliança com o PSD que lhe garantia maioria na câmara de vereadores. Com o bipartidarismo, o MDB (com exceção de alguns nomes, era formado basicamente pelo PTB) passou a contar com minoria, porém isso não foi uma grande barreira, já que ambos os partidos comungavam do desejo no “progresso” da cidade.

A união dos interesses políticos no Estado e na região possibilitou um cenário favorável para a atuação da Secretaria do Oeste. A autarquia trouxe grandes investimentos para a região. Muitas cidades receberam luz elétrica, considerado um problema para a expansão industrial. Mais do que isso, a chegada da luz elétrica deve ter representado uma grande mudança na própria rotina de seus habitantes. No setor rodoviário, a região ganhava novas rodovias e pontes. Mas não foi apenas o setor de infraestrutura que recebeu esses investimentos. O “Velho Chapecó” contou com a chegada de órgãos administrativos estaduais e federais, como os correios e o Banco de Desenvolvimento do Estado, além de programas de habitação da COHAB-SC. O telefone conectava o oeste a todo o Brasil, e chegou a se considerar a instalação da televisão em Chapecó.

Todas essas obras eram traduzidas pela Folha D’oeste – que era um órgão de imprensa íntimo da Secretaria do Oeste e de Serafim Bertaso - como o progresso e desenvolvimento da região. A linha narrativa do jornal consistia em celebrar o progresso que estaria acontecendo na região juntamente com a expectativa de um futuro ainda mais promissor. O jornal creditava o “desenvolvimento” regional para o governo estadual (Celso Ramos e Ivo Silveira) e principalmente para Serafim Bertaso. Para a Folha, estes políticos tiraram o Oeste de seu Estado de completo abandono e realizavam a “redenção” da região. Dessa forma, Bertaso, que estava perdendo espaço como liderança política, foi nomeado para dirigir uma poderosa máquina pública e ganhava amplo espaço positivo na imprensa local.

Longe de fazer uma defesa acrílica dos feitos da Secretaria do Oeste, o período significou uma época de transformações. Chapecó se beneficiou muito do processo, pois funcionava como o centro administrativo da região, sendo a primeira a receber as “novidades”. Apesar de que, a cidade manteve aspectos rurais e não ter tido um aumento populacional significativo durante a década de 1960 - não é a evolução quantitativa que devemos observar, pois a população urbana crescia significativamente. Mais do que isso, juntamente com os habitantes das cidades de toda região, os chapecoenses experimentavam mudanças que parecem ter alterado suas próprias rotinas. Essa

mudança foi percebida na política municipal, na qual as lideranças ligadas a atividades urbanas passaram a tomar o espaço das antigas lideranças, ligadas a colonização.

Esta pesquisa deve ser ampliada para entender qual era o cenário antes da instalação da Secretaria do Oeste e medir os impactos dos investimentos realizados, bem como compreender as mudanças sociais ocasionadas por essas mudanças. Também considero importante observar as críticas e os limites desse modelo de desenvolvimento, já que a fonte consultada estava engajada nesse “progresso”.

Apesar de o trabalho ter algumas lacunas a serem preenchidas, considero que o período analisado (1960-1966) foi um período de transformações qualitativas na região ocasionadas por um modelo desenvolvimentista de governo, apoiado pelas elites econômicas e políticas, que estavam em processo de renovação com a emergência dos setores ligados às indústrias. Essas mudanças alteraram não só a infraestrutura da região, bem como a própria rotina de seus habitantes, e pelo fato de Chapecó ser a sede política e administrativa, o município foi se firmando como centro e maior cidade regional.

FONTES

Jornal Folha D' oeste. De 19/01/1966 até 24/12/1966.

Atas das sessões da câmara legislativa de Chapecó, de fevereiro a abril de 1964.

Atas das sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, março a outubro de 1966.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLANI, Eli. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, p.73-98, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

CASSOL, Evaldo. **A secretaria do Oeste**. Quatro Barras: Editora Prottexto, 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 129-154.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 343 – 404.

_____; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a aliança renovadora nacional**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local**. 1993. 373 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LOHN, Reinaldo. Relações Políticas e Ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana; _____ (Org.). **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)**. 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAIM, Elison Antonio. **Industrialização e educação**. Chapecó: Argos, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e política nacional- estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHMITZ, Sergio. **Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o plano de metas do governo – PLAMEG (1961-1965)**. Florianópolis: Editora da UFSC, FESC/UDESC, 1985.

SCHNEIDER, Lauci. **A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional na imprensa escrita de Chapecó 1966 - 1971**. 2001. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Mana, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.95-131, abr. 1997.

SILVA, Claiton Marcio da. **Dos braços do povo à espada dos militares: Os anos de chumbo na fronteira sul (1964-1970)**. Florianópolis: Pandion, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930 - 1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.